



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

CAMILA AUGUSTA LIMA ALVES

**A INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA E SUA DISSEMINAÇÃO EM
REDES SOCIAIS: Uma análise a partir da teoria de Louis Althusser**

JOÃO PESSOA

2016

CAMILA AUGUSTA LIMA ALVES

**A INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA E SUA DISSEMINAÇÃO EM
REDES SOCIAIS:** Uma análise a partir da teoria de Louis Althusser

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof.º Dr.º Edvaldo Carvalho
Alves

JOÃO PESSOA,
2016

A474i Alves, Camila Augusta Lima.

A informação ideológica e sua disseminação em redes sociais: uma análise a partir da teoria de Louis Althusser / Camila Augusta Lima Alves.- João Pessoa, 2016. 89f. : il.

Orientador: Edvaldo Carvalho Alves

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA

1. Althusser, Louis, 1918-1990 - crítica e interpretação. 2. Ciência da informação. 3. Informação. 4. Facebook. 5. Aparelhos ideológicos de estado. 6. Informação ideológica.

UFPB/BC

CDU: 02(043)

CAMILA AUGUSTA LIMA ALVES

**A INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA E SUA DISSEMINAÇÃO EM
REDES SOCIAIS: Uma análise a partir da teoria de Louis Althusser**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba – área de concentração Informação, Conhecimento e Sociedade – Linha de Pesquisa Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em 22/03/2016

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves
Orientador/Presidente da Banca Examinadora – PPGCI/UFPB

Prof.^a Dr.^a Henry Poncio Cruz de Oliveira- PPGCI/UFPB
Examinador Interno


Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes
Membro Externo – UFPB

Prof.^a Dr.^a Izabel França de Lima - PPGCI/UFPB
Examinadora Interna (Suplente)

Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes de León
Examinador Externo (Suplente)

À minha família,
aos meus amigos,
aos meus mestres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela presença e auxílio constante nesses anos em que me fiz presente no Estado da Paraíba, no qual apesar de só fisicamente, sempre sentia a presença amiga dos mentores amigos e anjos protetores. Agradeço à minha família, que em todos os momentos me apoiou nesta empreitada de morar em João Pessoa, no desejo de realização de dois grandes sonhos: a arquivologia e o mestrado, sonhos estes que só tornaram-se possível graças, além de tudo, àqueles que me ajudaram nesta jornada.

Ao meu pai, que acordava cedo comigo, zelando para que chegasse bem; à minha mãe que possibilitou minhas voltas à cidade, com a bagagem cheia de suprimentos e saudades, às minhas irmãs Layla e Laiza, com suas palavras de apoio e estímulo para continuar na batalha. A minha família sou extremamente grata!

Agradecimento especial ao meu querido orientador, Professor Dr. Edvaldo Carvalho, pela paciência, compreensão e incentivo com suas palavras de apoio.

À Banca Examinadora, a professora Dr^a Gisele Rocha, professora Dr^a Miriam Albuquerque e professor Dr. Henry Poncio, pela disponibilidade em avaliar este trabalho contribuindo com seus conhecimentos para a constante melhoria deste estudo.

Ao PPGCI em sua completude, a coordenação que sempre buscou melhoras em prol dos alunos deste programa. Ao corpo docente, por seus ensinamentos e relevantes discussões em sala durante as aulas. E aos funcionários Franklin e Helton, que se transformaram em amigos, sempre prestativos e solícitos.

Agradeço à minha querida coordenadora do curso de arquivologia a professora Meriane Rocha Vieira por sua valiosa ajuda e paciência em prol de uma causa. Sou grata também às professoras Genoveva Batista, Rosa Zuleide e Luciana Costa, mulheres maravilhosas, além de professoras, foram amigas, a elas meu obrigada!

Agradecimentos especial aos meus companheiros da Arquivologia: Uthant Saturnino, Edilza Paixão, Thaise Souza e Lígia Santos. Pela sempre e constante amizade.

Claro, agradecimento mais que especial aos meus amigos do coração, de jornada acadêmica, de discussões científicas, de sorrisos nos momentos de lazer e acima de tudo, pacientes diante às minhas instabilidades, meus ilustres companheiros Shara Medeiros e Derek Tavares. Sem eles essa jornada não seria a mesma, não teria o mesmo encanto. E aos demais companheiros ao qual tive a honra de conhecer e tornar-me amiga: Emilson Garcia, Zayr Cláudio, Emy Porto, Thais Catoira e Bruno Ribeiro. Valeu galera!

Aos meus amigos de outrora Paloma Borba, Natália Azevedo, Igor Souza e Mirnah Leite aos quais me possibilitaram bons momentos de lazer, nesta cidade querida.

Enfim, a todos que se fizeram presente na jornada de quatro anos na qual me fiz presente em João Pessoa, cidade linda que me acolheu de braços abertos, que vivi excelentes momentos e me proporcionou bons frutos pelas quais sempre levarei na bagagem da vida. Valeu Jampa! Valeu amigos!

*Eu já cai na rede
A rede já me pegou
Vi minha cara escaneada
Minha vida passada
Minha alma guardada na tela de um computador.
(Escurinho - Trecho da Música Tô na Rede)*

RESUMO

Analisa as redes sociais, mediadas por computador, a partir da teoria althusseriana dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) percebendo-as enquanto um Aparelho Ideológico de Informação. Para tanto, considera a internet enquanto um ciberespaço, na perspectiva de Pierre Levy, ou seja, como um espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores. Propõe a construção do conceito de informação ideológica, base conceitual construída a partir de reflexões sobre o entendimento do fenômeno informação, seguindo do conceito ideologia. Percebe a Informação Ideológica como um fenômeno subordinado a condição de materialidade uma vez que todo sujeito, enquanto ser livre age por suas ideias, pois dotado de consciência, crê nessas ideias agindo de acordo com elas, imprimindo nesse agir os atos de sua prática material. Nossa urdidura metodológica busca apresentar o Facebook em seu histórico, abordando suas principais características, discutindo para isso a internet e as redes sociais na internet (ou redes sociais mediadas por computador) na visão de alguns teóricos, ancorando nas concepções de Manuel Castell acerca de características que envolvem o *Facebook*, enquanto rede social mediada por computadores. Segue investigando as características dos meios de comunicação de massa, instituições estas que compõem os Aparelhos Ideológicos de Informação, possibilitando-nos perceber a internet como um meio de comunicação de massa. Sendo assim e diante da compreensão de Informação Ideológica analisamos o *Facebook* como um espaço de luta, aonde os sujeitos percebem e fazem uso das armas científicas e políticas, encontradas nesta ferramenta, para se contrapor às ideologias transmitidas pelas classes dominantes. Assim o Aparelho Ideológico de Informação não é apenas objeto, mas lugar da luta de classes, uma vez que as resistências das classes oprimidas podem encontrar o meio e a ocasião de, nele e a partir dele, se expressarem.

Palavras-Chaves: Informação. Informação Ideológica. Aparelhos ideológicos de estado. Facebook.

ABSTRACT

Analyzes social networks, computer-mediated, from Althusser's theory of Ideological State Apparatuses (IEA) realizing them while a Ideological Device Information. Considers the Internet as cyberspace, Pierre Levy in perspective, that is, as a communication space opened by the global interconnection of computers. It proposes the construction of the concept of ideological information, conceptual base built from reflections on the understanding of the information phenomenon, following the ideology concept. Realize the Ideological information as a subordinate phenomenon materiality condition once every subject, while being free acts for their ideas, as endowed with consciousness, believes these ideas acting in accordance with them, printing in this act the acts of their practice material. Our methodological warp seeks to present Facebook in its history, discussing its main characteristics , arguing for that the internet and social networks on the Internet (or social networks mediated by computer) in the view of some theorists , anchoring in Manuel Castells conceptions about characteristics involving Facebook as a social network mediated by computers. Follow investigating the characteristics of the mass media, these institutions that make up the Ideological Apparatuses information, enabling us to perceive the Internet as a means of mass communication. Therefore and on the understanding of Ideological analyze information Facebook as a space of struggle, where the subjects perceive and make use of the scientific and political weapons, found this tool to counter the ideologies transmitted by the ruling classes. Thus the Information Ideological apparatus is not only object, but instead of class struggle, since the resistance of the oppressed classes can find the means and the occasion of it and from it, to express themselves

Keywords: Information. Ideological Information. Ideological State Apparatus. Facebook.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Metáfora do edifício de Althusser

Figura 2 - Representação da Socialização a partir da Educação Formal e Informal

Figura 3 - Topologias das redes

IMAGEM

Imagem 1 - Página inicial do Facebook

LISTA DE SIGLAS

AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado

ARE - Aparelhos Repressivos de Estado

AI – Aparelhos Ideológicos

AII - Aparelho Ideológico de Informação

CI – Ciência da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3 A INFORMAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA.....	23
3.1 CONCEITUANDO INFORMAÇÃO.....	23
3.2 DISCUTINDO IDEOLOGIA.....	29
3.2.1 A concepção althusseriana de ideologia.....	33
3.2.2 Os aparelhos ideológicos de Estado.....	38
3.2.3 O aparelho ideológico de informação.....	46
3.3 A INFORMAÇÃO DE NATUREZA IDEOLÓGICA.....	51
4 AS REDES SOCIAIS NA INTERNET.....	54
4.1 REDES SOCIAIS MEDIADAS PELA INTERNET.....	57
4.2 APRESENTANDO O FACEBOOK.....	63
5 AS REDES SOCIAIS COMO ESPAÇOS DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA.....	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	84

1 INTRODUÇÃO

O ser humano, enquanto ser social, por meio dos processos de comunicação de informações expressa ideias, sentimentos, valores, normas que representam o seu mundo objetivo e subjetivo. É difícil delimitar o momento em que começamos a criar os mecanismos de comunicação da informação e a utilizar uma simbologia carregada de significação para interagirmos com nossos semelhantes.

Acredita-se, contudo, que o homem pré-histórico tenha iniciado esse processo de comunicação da informação a partir de ruídos vocais e movimentos corpóreos, onde para que ocorresse o ato comunicativo, os indivíduos precisavam usar sinais que fossem reconhecidos por seus interlocutores, assim os sistemas info-comunicacionais baseados em símbolos iam tornando-se cada vez mais elaborados. As pinturas rupestres, imagens feitas a partir da extração de tintas de folhas e frutos, evidenciam essa interlocução, a partir da representação da realidade capturada pelos homens dito pré-históricos (SANTOS, 2008).

Desta maneira é possível comunicar-se dentro de uma ordem normativa legitimada pelo grupo de interlocução, possibilitando a compreensão. “Se não existe nenhuma expectativa sobre a aceitação recíproca dessas regras, não existe comunicação e conseqüentemente não existem fluxos de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1990, p. 120-121). Pois a informação constitui-se a partir das formas culturais de semantização de nossa experiência.

A informação de acordo com González de Gómez (1990, p. 121) pode “doar uma ‘alteridade’ a uma teia auto-suficiente de significados, a custa de perder-se e recriar-se constantemente, o que fica aberto nos jogos substantivos das narrativas, como fluxos de dados e experiências de texturas intrincadas”, como acredita Barreto (2002) a condição da informação é harmonizar o mundo. A informação como elemento organizador, referencia o homem em sua capacidade de relacionar-se com outros sujeitos, interferindo assim no espaço aos quais estão inseridos.

O dado como matéria-prima da informação, caracteriza-se como a condição da informação e a informação como condição constitutiva do conhecimento e de sua

validade, de modo que as condições da informação dependem numa primeira instância da constituição do dado, e não de sua decodificação e aferimento pelo conhecimento.

Porém muito mais que a mera troca de informações os processos infocomunicativos abarcam a interação entre indivíduos, a disseminação da informação e o emprego das tecnologias, tendo em vista que atingimos um nível de (inter) conectividade em que informações, produtos e serviços puderam ser disponibilizados por meio das TICs. Assim, os rastros deixados nas ferramentas *on line* são pistas disponibilizadas através de informações que permitem “novos” processos de comunicação.

Neste contexto, dentre as diversas maneiras utilizadas pelos seres humanos para se comunicar, observou-se que os meios de comunicação de massa (pela quantidade de informação veiculada) passaram a dominar os processos info-comunicacionais. O surgimento dos meios de comunicação foi resultado do avanço tecnológico desembocado pela Revolução Industrial, tais mídias de massa “surgiram a partir do século XVI com a formação, da imprensa, do público e mais tarde pelos meios audiovisuais como o rádio e a televisão” (LEMOS, 2010, p. 26).

A televisão, os jornais, a imprensa, possibilitaram o desenvolvimento do que Thompson (2007, p. 299) chamou de *quase-interação mediada*, ou seja, a pluralidade de indivíduos que recebem mensagens espalhadas nos diversos contextos espaço-temporais, do mesmo modo agem em resposta ao que recebem.

Essa emergência acarretou um impacto no que diz respeito aos padrões de experiência e comportamento dos indivíduos, pois “para a maioria das pessoas o conhecimento que se tem dos fatos que acontecem além do seu meio social, é em grande parte derivado da recepção das formas simbólicas [informações] mediadas pela mídia” (THOMPSON, 2007, p. 285).

Enquanto as mídias de massa, desde a tipografia até a televisão funcionavam a partir de um centro emissor para uma multiplicidade receptora na periferia, os novos meios de comunicação interativos funcionavam a partir de um espaço descentralizado, de muitos para muitos, instituindo uma ruptura entre a produção e a recepção das formas simbólicas, tornando possível a interação através do tempo e espaço.

Surge então uma mudança: em vez de ser “enquadrada pelas mídias (jornais, televisão, emissoras de rádios) a nova comunicação pública da informação é polarizada por pessoas que fornecem os conteúdos, as críticas e se organizam elas mesmas em rede de troca e colaboração” (LEMOS, LÉVY, 2010, p. 13).

O desenvolvimento de técnicas materiais de armazenamento, transmissão e tratamento das informações cresceu paralelamente aos progressivos avanços no endereçamento da informação. O primeiro aparece nos anos 50 do século XX, com os *bits* de dados na memória dos computadores. O segundo ocorrido nos anos 1980 endereça os servidores de informação nas redes, passa a ser explorado por alguns profissionais e nos ambientes acadêmicos. E o terceiro é a conhecida *Web* ou *World Wide Web*, que ganha abrangência a partir da metade dos anos 1990, nela os computadores apresentam as informações, ficando a cargo dos seres humanos interpretá-las (LEMOS; LEVY, 2011, p. 15).

Esse advento permitiu não apenas às empresas de comunicação, mas também a qualquer indivíduo, com condições econômica-culturais prévias, “consumir, produzir e distribuir informação sob qualquer formato, em tempo real e para qualquer lugar do mundo, retirando das mídias de massa o monopólio na formação da opinião e da circulação de informação” (LEMOS, 2010, p. 25). Sendo assim a *Web* transformou-se em um espaço de trocas e geração de informações, proporcionando, desta forma, o surgimento de grupos sociais que se auto-organizaram em comunidades, com interesses e afinidades comuns.

Na era da computação digital, os conteúdos informacionais também podem ser criados e organizados pelos próprios usuários, sejam em blogs, ou nas redes sociais, *Facebook*, *MySpace*, *Linkedin*, *Xing*. Nestes espaços, os indivíduos constroem rede de contatos, de amigos e de relações, instauram grupos de trabalho, trocam mensagens, realizam encontros amorosos, constroem e desconstroem suas posições políticas, suas crenças, ou seja, produzem e transmitem informações de variados conteúdos, que representam e apresentam ideologias diversas.

Para este estudo consideraremos a concepção de ideologia construída por Althusser, que confere a esta um caráter de ilusão. Em suas abordagens ele acredita que homens representam de forma imaginária, suas condições reais de existência. A causa para essa transposição imaginária das condições de existência reais, ocorre pelo “fato de

existir um pequeno grupo de homens que assentam sua dominação sobre o ‘povo’ sob uma representação falseada do mundo, imaginada por eles para subjugar os espíritos pela dominação de sua imaginação” (ALTHUSSER, 1985, p. 86). Ou seja, não são as condições reais de existência que os homens representam na ideologia, mas o que é representado na existência real dos homens. É a relação da ideologia com as suas condições de existência, é esta representação que está no centro de toda representação ideológica.

Ao mesmo tempo em que nestes espaços se permite disseminar ideologias em alta velocidade, agindo como instrumento de dominação, também se permite funcionar como uma ferramenta que pode contribuir para transformação da consciência social dos indivíduos (SOARES; GURGEL, 2011, p.10).

As ideologias, segundo Althusser, não se restringem apenas ao campo das ideias, mas possuem uma existência material, consubstanciadas nas práticas individuais dos sujeitos. Elas se materializam nos mecanismos ideológicos de Estado, seja a Igreja, a Escola, ou nos aparelhos ideológicos de informação, nesse caso, a televisão, o rádio, o jornal. No entanto, hoje percebemos que ao lado destes meios de disseminação e acesso a informação, emergem as redes sociais virtuais, onde as pessoas têm, com mais frequência e intensidade, se informado e formado suas ideias e representações sobre o mundo.

Assim, diante disto, cabe-nos perguntar: Como as redes sociais, em particular páginas do *Facebook*, vêm se constituindo como aparelhos ideológicos de informação na perspectiva althusseriana, ou seja, em espaços de disseminação da informação ideológica?

A delimitação do tema partiu do pressuposto de que a constituição da *Web* enquanto espaço de comunicação, geração de informações e troca de conhecimentos potencializou o surgimento de práticas de auto-organização, produção e disseminação de informações. As possibilidades de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador possibilitou a construção de laços de interação. Contudo essa interação presente nas redes sociais *on line* possuem como característica principal o distanciamento físico entre os membros, por este motivo há um processo permanente de construção e expressão de identidade por parte dos indivíduos ou dos grupos sociais (RECUERO, 2010).

Assim para a apropriação desses espaços se faz necessário uma construção da imagem de 'si', "é preciso constituir-se como parte dessa sociedade em rede, apropriando-se do ciberespaço e constituindo um 'eu' ali" (RECUERO, 2010, p. 27). Neste contexto, os indivíduos que por ali trafegam representam-se "por um *weblog*, por um *fotolog*, por um *twitter* ou mesmo por um perfil no **Facebook**" (RECUERO, 2010, p. 25).

A escolha por esta temática foi decorrente do interesse em analisar o uso crescente das redes sociais da internet, em especial a ferramenta *Facebook*, como disseminadora de informações e interações entre os indivíduos. Nesta urdidura coube considerarmos as abordagens sobre os Aparelhos Ideológicos de Althusser, visando discutir especificamente os Aparelhos Ideológicos de Informação, compreendidos como os meios de comunicação de massa. Isso em razão de Althusser aludir que há na sociedade certo número de instituições se apresentando ao observador sob a forma de instituições distintas e especializadas que funcionam através da ideologia. Elas "podem não apenas ser os meios, mas também o lugar de luta de classes [...] porque as classes exploradas encontram o meio e a ocasião de expressar-se neles [nos AIE]" (ALTHUSSER, 1985, p. 71).

Sendo assim, em busca de discorrer nesta perspectiva apresentaremos como objetivo geral desta pesquisa: Analisar, a partir da teoria althusseriana dos Aparelhos Ideológicos de Informação, como as redes sociais, em particular o Facebook, produzem e disseminam informações ideológicas. Para tal traçamos como objetivos específicos:

- a) Conceituar informação ideológica a partir da teoria althusseriana;
- b) Traçar o histórico de constituição das redes sociais, em especial o Facebook, ressaltando suas características;
- c) Verificar quais aspectos/características o Facebook possui, a partir da teoria de Althusser, que pode caracterizá-lo como aparelho ideológico de informação.

O presente estudo traz em seu *corpus* os temas que se encontram subdivididos nas seguintes sessões: Procedimentos Metodológicos onde discutimos os caminhos percorridos para a execução da pesquisa. Na terceira sessão Ideologia e Aparelhos

Ideológicos de Estado, abordaremos o conceito de Ideologia que norteou nosso estudo a partir da concepção Althusseriana de Ideologia. Apresentaremos discussões sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, bem como os Aparelhos Ideológicos de Estado de Informação, aonde traremos algumas discussões sobre as dinâmicas dos processos comunicativos.

Quarta sessão As Redes Sociais, nela discutiremos as redes sociais, sua origem, evolução, usos e dinâmicas, buscando compreender a transformação da informação em meio aos meios de comunicação. Travaremos um histórico das Redes Sociais, seguindo para os tipos de redes sociais digitais, para que possamos chegar ao nosso objeto que é o Facebook. A quinta e última sessão As Redes Sociais da Internet como Aparelhos Ideológicos de Informação, discutiremos as redes sociais numa perspectiva dos Aparelhos Ideológicos percebendo, em especial, como os Aparelhos Ideológicos de Informação disseminam conteúdos de informação ideológica e dentro desta perspectiva observaremos as redes sociais mediadas por computador em suas distintas nuances.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estabelecimento de uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas visando à compreensão/interpretação do mundo, das coisas, dos processos e dos fenômenos permitiu atribuir, na sociedade ocidental, o critério de verdade à ciência. (MINAYO, 2009, p. 11). Contudo, quando o pesquisador delimita seu fenômeno e decide por compreendê-lo, ele precisará articular informações, usar tecnologias e sua imaginação/criatividade, isto é, realizar um trabalho de “artesanato intelectual”, pois o uma pesquisa é realizada

(...) artesanalmente por um artífice através do trabalho intelectual, é portanto um artefato (...) cuja materialidade não se apresenta somente no número de páginas, mas se concretizará na realização do trabalho investigativo (...) artefato, porque, tanto é fruto da mão de obra humana, quanto de ser resultado do uso de métodos particulares em pesquisa. (DESLANDES, 2009, p. 31-32)

Deste modo, qualquer pesquisa se caracteriza como um produto artesanal, pois ela expressa em todo o seu processo e nos resultados as escolhas de quem a produziu. É o pesquisador que “pondera e escolhe entre os valores em questão, aqueles que estão de acordo com sua própria consciência e sua cosmovisão pessoal” (WEBER, 1992, p. 110). Os elementos de nossa personalidade, de nossas visões de mundo é que irão determinar as nossas ações, conferindo sentido e significado ao que nos dispusemos a fazer.

Quando o pesquisador debruça-se numa pesquisa ele acaba por construir suas próprias descrições e explicações da realidade, dentro dos parâmetros da disciplina a qual se encontra inserido e da visão de mundo oferecida pelo aporte teórico/conceitual que abraçou. Assim, quando se delimita o objeto, os procedimentos metodológicos também devem ser delimitados junto com ele, pois “queira-se ou não, o pesquisador seleciona fatos, escolhe ou define conceitos, técnicas, instrumentos e interpreta seus resultados; em suma, ele constrói, de sua parte, seu objeto *tecnicamente e teoricamente*” (PIRES, 2008, p. 59, 60).

Nesta perspectiva, a metodologia, além de permitir a realização da pesquisa, fornece a esta o fio que tece e constrói a sua coerência lógica interna da mesma. Assim,

esta pesquisa se configura como um estudo de natureza qualitativa que, segundo Minayo (2009),

(...) realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO; SANCHES, 1993, P. 244)

Segundo Bryman (*apud* BATISTA, 2012) a pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Seus pesquisadores buscam interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem, possui algumas características básicas:

1. Uma visão indutiva da relação entre teoria e pesquisa, onde a teoria é gerada fora do campo empírico;
2. Uma posição epistemológica interpretativista, significando que o entendimento do mundo social é obtido através da interpretação do mundo por seus participantes (incluindo observador e observado);
3. Uma posição ontológica descrita como construcionista, na qual as propriedades sociais são resultado das interações entre indivíduos.

No que diz respeito ao objetivo que se busca alcançar a pesquisa pode ser caracterizada como um estudo descritivo, uma vez que procurou especificar as propriedades e as características de um determinado fenômeno.

Delimitamos como objeto empírico de análise a rede social *Facebook*, para isso, traçamos seu histórico, apresentamos suas características, a qual uma dessas seria a de se demonstrar atualmente como uma das maiores redes, quiçá a maior rede social, uma vez que é acessada e utilizada por milhões de pessoas no mundo todo, permitindo identifica-lo e caracterizá-lo, dentro perspectiva althusseriana, como um aparelho ideológico de informação. Contudo para realizar esta apresentação, buscamos antes periodizar e discutir a internet e as redes sociais na internet (ou redes sociais mediadas por computador) na visão de alguns teóricos, destacando-se Raquel Recuero e Pierre Levy.

A análise se fundamentou nos conceitos que, em sua interligação, constituíram nosso referencial teórico, em especial o conceito de ideologia, aparelhos ideológicos de informação, redes sociais e o conceito de informação ideológica, proposto neste trabalho, delimitado como um dos nossos objetivos específicos. Tendo em vista que os espaços de comunicação de massa tornaram-se um local para a produção e difusão de ideologias, bem como um espaço de reprodução das condições de produção de uma sociedade e acima de tudo tornou-se um espaço para a expressão de ações e expressões das classes dominadas.

Para a coleta de dados recaímos nossa pesquisa em uma análise bibliográfica de autores que também compactuam com as ideias althusserianas corroborando desta forma com a apreensão de nosso objetivo, em especial John Thompson. Por fim nos ancoramos em algumas concepções de Manuel Castell acerca de características que envolvem o *Facebook*, enquanto rede social mediada por computadores. Suas ideias e concepções contribuíram para fundamentar, a partir de argumentos comparativos, nossa fundamentação sobre as concepções de Althusser dos Aparelhos Ideológicos de Informação e o Facebook.

3 A INFORMAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA

Avançaremos tentando refletir sobre o conceito de informação ideológica. Sob tal perspectiva parece necessário a apreensão das ideias de informação e ideologia como instrumentos estratégicos para o andamento compreensivo deste estudo. À medida que a ideologia prescreve como agir, pensar e sentir, ela atua no processo de socialização, como o mecanismo através do qual vão se imprimindo nos sujeitos uma visão de mundo. Por sua vez o processo de produção de informações consolida a representação de diferentes discursos que são impressos nas mesmas visões de mundo dos diferentes indivíduos, pois a informação constitui-se a partir das formas culturais de semantização de nossa experiência, ou num conjunto de relações tecidas entre agentes inscritos nestas formações culturais.

Consideramos relevante delimitar o sentido que concentraremos nossas discussões envoltas dos conceitos de informação e de ideologia, perpassando pela concepção althusseriana de ideologia e seus aparelhos ideológicos, a fim de compor, o que consideraremos por informação ideológica.

3.1 CONCEITUANDO INFORMAÇÃO

“De que falamos quando se fala de informação” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1999, p. 3)? Percebemos que o conceito de informação possui certo caráter dinâmico e mutável ao qual ganhou relevância no final da Segunda Guerra com a disseminação global do uso das redes de computadores. O uso das redes no pós-guerra, o surgimento das tecnologias da informação e comunicação e seus impactos globais caracterizam nossa sociedade como Sociedade da Informação.

A teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver é um marco ao uso da palavra “informação”, pois esse uso de certa forma vem atrelado aos processos de informação não-humanos. Etimologicamente e remontando ao período helenístico a palavra informação deriva de *informatio* ou *informo*, atribuindo à ideia do comunicar conhecimento, revela o ato de dar forma a alguma coisa (CAPURRO, HJORLAND, 2007).

Na idade média *informatio* ou *informo* foi comumente usada no sentido epistemológico, ontológicos e pedagógico, ou seja, no sentido de moldar a matéria, durante a transição da idade média para a modernidade seu uso passou a dar forma substancial à matéria para comunicar alguma coisa à alguém.

Filósofos como Bacon, John Locke, Berkeley criticaram a interpretação e conceitos escolásticos, a informação agora foi acomodada na filosofia empirista porque parecia descrever os mecanismos da sensação, uma vez que os objetos no mundo informam os sentidos, desta forma a problemática empirista era perceber como a mente era informada pelas sensações do mundo. Trazendo os pressupostos de Bergson (1999) visualizamos que tudo irá depender da forma como nos posicionamos para observar as imagens ao nosso redor.

Há um sistema de imagens que chamo minha percepção do universo, e que se conturba de alto a baixo por leves variações de uma certa imagem privilegiada, meu corpo. Esta imagem ocupa o centro; sobre ela regulam-se todas as outras; a cada um de seus movimentos tudo muda, como se girássemos um caleidoscópio (BERGSON, 1999, p.20).

Destarte observamos as imagens, ou no nosso caso as informações, à nossa volta quando nos aproximamos ou nos afastamos do nosso objeto. Então o corpo desempenha papel fundamental para a visualização, compreensão e diálogo com as informações existentes no âmbito ao qual estamos inseridos.

Atualmente quase toda disciplina científica usa o conceito informação, daí Capurro e Hjørland (2007) analisam a informação como possuidora de uma “infame versatilidade”, podendo ser um padrão de comunicação entre fonte e receptor; uma forma de controle e *feedback*; ou um conteúdo de um estado cognitivo.

No campo da psicologia o conceito de informação adquiriu um papel central com a Revolução Cognitiva também identificada como paradigma do processamento da informação, neste campo os processos cognitivos humanos são vistos como análogos ao processamento de informação pelos computadores. A percepção também é informada por fatores culturais, onde a informação é processada por mecanismos desenvolvidos historicamente. As regularidades do uso podem funcionar como representação para os

limites flexíveis que subjazem e condicionam o significado de qualquer palavra, bem como as interpretações que são permitidas dentro dos possíveis contextos de uso (CAPURRO, HJORLAND, 2007).

Buckland, (1991, p. 2) nos traz que a informação existe “como ato de informar ou comunicar algo”, podendo ser classificada, primeiramente, como processo. Quando relacionada a dados e documentos, “a informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual” (LE COADIC 2004, p. 4), pode então ser vista como “coisa, já que é possível tocá-la e medi-la”. Por fim Buckland (1991) relaciona a informação ao conhecimento, pois como ele, ela também é intangível, intocável e não possui forma direta de medição.

Contudo por informação adotaremos as ideias gonzaleanas para as quais, concepção ao qual ancoramos e que melhor contemplo nosso estudo, é a possibilidade de realizar *ações de informação* sobre processos de comunicação e conhecimento que permite aos atores sociais compreender-se dentro de uma ordem normativa (1990, p. 120-121). Para construir um valor informacional aquele ator busca elementos em sua experiência, suas redes de interações que nas sociedades modernas e contemporâneas, se desenvolvem de modo hegemônico ou monopolista pelos regimes de informação. Esse regime é compreendido pela autora como o modo de produção informacional dominante numa formação social, que define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação e os modelos de sua organização, interação e distribuição.

Neste sentido “as configurações e qualidades de uma ação de informação são múltiplas e só podem ser reconstruídas em contextos específicos. Pode-se assim dizer que o ‘informar’ e o ‘buscar informação’ antecipam e condicionam a concepção ou aceitação de algo como informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.4). Para a concepção de ação concordamos com Barreto (2002) quando pondera que “a ação é a única atividade da condição humana que só pode ser exercida com a participação de outros homens”.

Destarte as *ações de informação* são como um conjunto de estratos¹ heterogêneos e articulados entre si. Gonzalez de Gomez divide tais estratos em três níveis, onde o primeiro seria a “informação de modo restrito”, acontecem como ações narrativas, dentro das formações discursivas, relacionadas às múltiplas formas culturais de produção de sentido. O segundo estrato para o qual González de Gómez denomina de “meta-informacional”, este “estipula o domínio relacional ou o contexto dentro do qual algo apresenta ou representa um valor de informação”. Ao estruturar as modalidades e as alternativas de relacionamento entre duas ou mais informações atuais ou virtuais, fica estabelecido o domínio relacional do caráter de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 120).

O terceiro estrato diz respeito às infra-estruturas de informação, remete àquilo que disponibiliza um valor de informação. Os sujeitos destas ações terão suas motivações definidas dentro de múltiplas atividades sociais; quando uma informação é constituída dentro de uma ação formativa, os sujeitos dessas ações são sujeitos ativos nos modos culturais de agir e fazer, nas artes, na política; quando a ação de informação articula uma outra ação de informação, estas ações são realizadas por sujeitos articuladores, há uma articulação de sujeitos e de estratos.

As ações de informação definem as regras em que se relacionam duas ou mais informações desenvolvendo valores cognitivos, ao quais os múltiplos estratos da informação seriam reorganizados conforme um fim, um interesse, orientando-se a um agir ou um fazer. “Há uma grande assimetria nas arquiteturas que modelam esses estratos, os planos associados aos processos semânticos e comunicativos se pautam pela abertura e diversidade **das ações sociais**, ancoradas em múltiplos contextos culturais e históricos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.3).

O regime de informação do qual fazem parte os dispositivos informacionais, os artefatos informacionais e os atores sociais, gera ações sociais específicas, pois toda ação da informação tem uma orientação afim. Assim Gonzalez de Gómez (1999) infere que as ações sociais são caracterizadas pelas formas de integração social manifestada nos usos da linguagem. “A ação social assenta-se na força da relação de interlocução

¹ Incluiríamos nesses estratos uma pluralidade de linguagens, sonoras, imagéticas, verbais, textuais, digitais/ analógicas, que ora se reúnem, ora se contrapõem na constituição de um valor de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.3).

que se estabelece em um vínculo social conforme uma forma específica de comunicação e de transferência de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.18).

Então para que o vínculo social obtenha sucesso em uma interação comunicativa deve existir o que Gonzalez de Gómez (1999, p.18-19) irá chamar de *pretensões de validade*, “essas são atos de fala que só tem vigência plena se forem preenchidos os postulados das distribuições de comunicação”. E o agir próprio de cada sociedade dentro do qual algo faz sentido ou não, são caracterizados como *ações formativas*, pois essas irão diferenciar uma sociedade de outra. “As formas de vida e as instituições podem ser consideradas como conjuntos de *ações formativas* as quais mantem características, referências e validação para os atores sociais”, uma vez que esses estão de acordo com seus conceitos porque partilham uma realidade de ações dentro de uma rede comum que lhe é própria e dá ao mesmo tempo a identidade e a diferença a partir das quais o grupo colocará suas demandas de reconhecimento (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.23). Contudo as regras e os conceitos não são fixos e imutáveis, estão sujeitos à reformulação e à negociação.

O poder da “sanção coletiva” de uma interpretação, distribuído entre o grupo social e as organizações, não só remete a acordos e desacordos sobre os critérios de definição de **testemunhos** ou **evidências de informação**, a serem dirimidos por meio de procedimentos argumentativos, persuasivos ou simbólicos, mas também remete a possíveis formas de controle organizacional da interpretação e comunicação da informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.23).

As ações formativas são divididas de acordo com Gonzalez de Gómez (1999, p.20) em *ações polimórficas* e *ações mimeomórficas*. Por Ações Polimórficas depreende-se como aquelas que só podem ser compreendidas por quem participa de uma cultura ou forma de vida. São ações que podem ser executadas conforme um número indefinido de comportamentos. Já as Ações Mimeomórficas seriam aquelas que podem ser reproduzidas por um observador externo sem compreensão da ação, do mesmo modo em que poderiam ser reproduzidas por alguém que compreende a ação. Neste sentido as práticas e atividades sociais de informação são combinações híbridas de ações polimórficas e mimeomórficas que, ora podem ser vistas de modo desagregado, ora deverão ser olhadas em sua complexidade e articulação.

A informação atua então, como estabilizadora dos discursos sociais, então a ação informacional que age em um domínio de informação já estável/ agregado terá como consequência a agregação ou a desagregação de valores de informações já fixados. “Toda agregação de valor responde a um princípio de seleção, logo o valor agregado da informação só poderia estabelecer-se a partir da diferença entre o que se agrega e convém que seja agregado, o que se desagrega e convém que seja desagregado” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 6).

Sob a ótica durkheimiana, quando o autor discute a ideia de fato social, ao analisar que o estudo sociológico diferencia-se dos fenômenos dos estudos físicos e psicológicos, pois os primeiros existem fora dos sujeitos. O estudo sociológico além de possuir esse caráter de exterioridade, as condutas sociais estão sujeitas, ou melhor, presentes em forças maiores às quais os indivíduos estão inseridos (DURKHEIM, 2007).

É neste ponto então que Durkheim afirma que o fato social apresenta características bem específicas, ou seja, “consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo e que são dotados de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele” (DURKHEIM, 2007, p. 43). Sendo assim o que define uma ação de informação são as crenças, as tendências e as práticas de um determinado grupo tomadas coletivamente, pois assumem uma característica que lhe é própria.

A construção dos *testemunhos de informação* irá, assim, responder às regras construídas por sujeitos em suas práticas e discursos ancorados no tempo e espaço. Um testemunho de informação só será sustentado ou construído por um indivíduo em situações e condições próprias e pontuais, consideramos a relação entre ator social, ação formativa e testemunhos de informação, como a junção que define as ações de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 24).

Desta forma, torna-se perceptível que nas informações estão presentes à preocupação com a dimensão do conhecimento e do significado, devendo-se somar também um questionamento de caráter ideológico. De um ponto de vista crítico é necessário entender que informação constitui um dos aparatos da estrutura social, solicitando para o seu discernimento posicionamento da visão histórica da sociedade e das relações sociais que nela se encontram.

3.2 DISCUTINDO IDEOLOGIA

O conceito de ideologia possui uma significativa complexidade, derivada de uma polissemia, sendo um dos mais complexos conceitos, haja vista a gama de significados a ele atribuídos, desde seu primeiro uso pelo filósofo francês Destutt de Tracy em 1801, até a apropriação por Marx em 1846 em seu livro *A Ideologia Alemã*.

O termo percorreu, ou pode-se dizer que ainda vem atravessando um longo caminho ora empregado nas análises sócio-políticas, ora nas conversações do dia-a-dia, tem uma história longa e complicada. Trata-se de um conceito repleto de significados, de paradoxos, de ambiguidades, de mal-entendidos. A multiplicidade de significados aplicados a este termo é produto de seu itinerário histórico e das transformações que a sociedade vivenciou ao longo dos anos.

O conceito de ideologia não vem de Marx, ela apenas o retomou, Löwy (1996, p. 11) informa que o termo ideologia foi

literalmente inventado por um filósofo francês pouco conhecido, chamado Destutt de Tracy, que publicou em 1801 um livro chamado *Eléments d'Idéologie* [...] onde para ele a ideologia é o estudo científico das ideias e as ideias são o resultado da interação entre organismo vivo e a natureza.

Destutt de Tracy e seu grupo entraram em conflito com Napoleão Bonaparte, pois em seu discurso Bonaparte atacava Destutt de Tracy e seus amigos de ideólogos. Os “ideólogos” são agora vistos como especuladores metafísicos, que vivem no mundo especulativo (LÖWY, 1996). Auguste Comte em seu positivismo identificou dois significados para o conceito:

continua sendo aquela atividade filosófico-científica que estuda a formação das ideias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações, por outro passa a significar também o conjunto de ideias de uma época, assim cada fase do espírito humano leva-o a criar para explicar a totalidade de fenômenos naturais e humanos (CHAUÍ, 2008, p. 30-31).

A ideologia para os positivistas é sinônimo de teoria, devendo ser produzida pelos sábios que recolhem as opiniões correntes, organizando-as e sistematizando-as. “O conhecimento teórico para eles seria a previsão científica dos acontecimentos fornecendo à prática um conjunto de regras e de normas, graças às quais a ação possa dominar, manipular e controlar a realidade natural e social” (CHAUÍ, 2008, p. 32).

Mais tarde, na primeira metade do século XIX, Marx encontra o termo em jornais e revistas sendo usado no sentido Napoleônico. É então que Marx passa a utilizá-lo também de forma negativa, como equivalente à ilusão, falsa consciência, ou consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante na sociedade (LÖWY, 1996, 12).

Engels e Marx diferenciam os homens dos animais não pela consciência que tem os primeiros, mas porque eles produzem as condições de sua própria existência material e espiritual, eles são ‘os que produzem’ e são ‘como produzem’, contudo a forma inicial dessa consciência é, portanto a alienação. O trabalho alienado é aquele no qual o produtor não se pode reconhecer no produto de seu trabalho, suas finalidades reais e seu valor não dependem do próprio trabalho. O trabalhador além de não se reconhecer como próprio produtor, não se reconhece no seu próprio produto, nem vê o produto como resultado do seu trabalho. Sendo então a alienação a manifestação inicial da consciência, torna assim a ideologia possível (CHAUÍ, 2008, p. 57).

Cada indivíduo passa a ter uma atividade determinada e exclusiva que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais, pelo estágio das forças produtivas. Todo o conjunto das relações sociais aparece nas ideias como se fosse coisa em si, existente por si mesma e não como consequência das ações humanas. As relações de dominação e poder existentes na sociedade são sustentadas pela ideologia dominante, descentralizada no que Louis Althusser denominou como Aparelhos Ideológicos de Estado, dentre os quais se destaca o de Informação, cerne deste estudo.

Contudo Eagleton (1996) vai mais além da concepção de falsa consciência, se dispondo a examinar as fundações sociais do pensamento, na qual essa falsa consciência seria uma espécie de pensamento que se descobre estorvado e impedido por certas barreiras da sociedade e não da mente, só podendo desfazer-se pela transformação da própria sociedade. Neste caso a realidade não é, torna-se e para que se torne é necessária a participação do pensamento.

O pensamento cognitivo e criativo é capaz de perceber suas condições reais de existência, sejam elas de uma classe opressora ou de uma classe oprimida, sendo capaz de moldar consciências que contribuirão para modificar posições. No que diz respeito às classes exploradas, é a partir do reconhecimento dessa condição que há a capacidade de desnudar os limites de outras ideologias e desse modo desempenhar o papel de uma força emancipatória (EAGLETON, 1996).

“A ciência, a verdade ou a teoria já não devem ser estritamente contrapostas à ideologia; ao contrário são apenas expressões de uma determinada ideologia de classe, a visão de mundo revolucionária da classe trabalhadora” (EAGLETON, 1996, p. 182). Por isso que, para o autor, a ideologia perpassa a ideia de falsa consciência, uma vez que nem toda consciência de classe é uma falsa consciência da realidade, mas sim a expressão da consciência de classe encontra-se materializada na auto-reflexão.

Segundo Eagleton (1996) o conceito de ideologia surgiu no momento em que os sistemas de ideias conscientizaram-se pela primeira vez de sua própria parcialidade as quais nossas verdades só nos aparecem plausíveis em função de onde estamos situados. Eagleton complementa suas ponderações citando que a partir de Gramsci “que se efetua a transição crucial da ideologia como sistema de ideias, para a ideologia como prática social vivida e costumeira que abrange as dimensões inconscientes e não articuladas da experiência social, bem como o funcionamento das instituições formais”.

Para Gramsci “as ideologias devem ser vistas como forças ativamente organizadoras e psicologicamente válidas que moldam o terreno em que os homens e mulheres agem, lutam e se conscientizam de suas posições sociais” (EAGLETON, 1996, p. 197- 199). Pois ao conhecer-se tal como é, o proletariado torna-se sujeito e objeto da história, esse ato de auto-conscientização seria então uma prática revolucionária em si mesma. Desta forma a ideologia não seria apenas uma visão fictícia da realidade, ou a inversão de papéis entre as ideias e os agentes, outrossim, seria as formas como “os agentes sociais representam para si mesmos o ‘aparecer’ social. E esta aparência, que não deve ser tomada puramente como sinônimo de ilusão ou falsidade, seria o modo imediato de manifestação dos processos históricos que constroem a realidade” (SOUZA.a, 2014, p. 261).

John Thompson (2007, p. 104) vem compreender a ideologia como um conjunto de valores e crenças que são produzidos pelas agências do Estado, servida para

reproduzir a ordem social através da garantida adesão das pessoas. Para o autor a ideologia surge em meio à sociedade moderna, ao qual o capitalismo industrial veio acompanhado pelo declínio das crenças e práticas religiosas prevalentes nas sociedades pré-industriais. O capitalismo toma força a partir da racionalização da vida social e aquele declínio da religião fez emergir as “ideologias”.

Neste sentido a formação e a difusão de ideologias é uma característica típica da era moderna, uma vez que no começo do século XIX o processo de secularização começou a se firmar nos centros industriais europeus. “À medida que mais pessoas estavam sendo expulsas do campo para as cidades a fim de formar força de trabalho para as fábricas, as velhas tradições e os mitos começaram a perder sua influência sobre a imaginação coletiva” (THOMPSON, 2007, p. 109).

As doutrinas políticas passam a ter sua eficácia realçada com a expansão da indústria do jornal (aliada também ao crescimento da alfabetização), esse desenvolvimento permitiu às pessoas partilharem experiências, tornada possíveis a partir da interação com o mundo social, uma vez que ao lerem sobre esse mundo social e político, passavam a trocar experiência e discutir com os demais indivíduos. “Os horizontes dos indivíduos, com isso expandiram-se, tornaram-se participantes potenciais da esfera pública, em que posições eram debatidas, questionadas ou apoiadas através de raciocínios e argumentos” (THOMPSON, 2007, p. 113).

É neste espaço aberto da esfera pública que o discurso da ideologia aparece constituindo como um sistema organizado por crenças. De acordo com Thompson (2007), as ideologias, possibilitaram às pessoas se “orientarem” no mundo recém destituído das cosmovisões religiosas e míticas. É a partir desta ideia que a reprodução das relações sociais exigiram não apenas a reprodução das condições materiais da vida social (alimentação, máquinas..), mas também a reprodução das crenças e valores socialmente partilhados. Sendo que esses são partilhados pela ideologia dominante, garantindo a adesão das pessoas à ordem social, “a reprodução e difusão da ideologia é uma das tarefas do Estado ou das agências particulares” (THOMPSON, 2007, p. 117).

A reprodução dos valores e crenças moldam as ações e atitudes dos indivíduos, garantindo uma submissão contínua às regras e convenções normativas da ordem social. As pessoas são moldadas para se ajustar aos papéis atribuídos pela ideologia dominante objetivando garantir a reprodução social. Contudo essa ideia não deve ser tomada de

forma abrangente, uma vez que existem conjuntos diferentes e específicos a determinados papéis, de modo que um indivíduo localizado em determinado papel adquirirá valores e crenças específicos à posição por ele ocupada. “Em virtude do fato de que essas pessoas adquiriram conjuntos de valores e crenças específicos de um papel e desempenham suas partes tão eficientemente no curso rotineiro de suas vidas diárias, a ordem social da qual sua atividade rotineira é reproduzida”. Nesta perspectiva a “ideologia é sentido a serviço do poder”, ou seja, estudar ideologia é compreender e explicar as maneiras pelas quais as formas simbólicas são usadas para a implantação e para a manutenção de relações de dominação ou para subvertê-las.

3.2.1 A concepção althusseriana de ideologia

Althusser parte do conceito marxista de ideologia para desenvolver o seu próprio conceito, observando como a classe dominante se reproduz, seja por meio das ideias, seja por meio de suas estratégias de sobrevivência para manter o Estado em seu poder, tanto pelo poder repressivo quanto pela persuasão. Assim discute uma ideologia examinando-a como um etnólogo examina os mitos de uma sociedade primitiva, aos quais considera as concepções de mundo medidas imaginárias, que não correspondem à realidade. Para tanto arrisca quatro teses partindo da teoria trazida por Marx.

A sua primeira tese: *a ideologia não tem história.*

Ao afirmar que “a ideologia não tem história” o faz retomando Freud em sua proposição de que “o inconsciente é eterno”, isto é, não tem história. Tomando por eterno o que não transcende a qualquer história (história no sentido de tempo), mas sim onipresente, trans-histórica. A ideologia é concebida como pura ilusão, puro sonho, aonde toda sua realidade lhe é externa. Para Freud o sonho era o resultado puramente imaginário, dispostos num arranjo arbitrário e invertido (ALTHUSSER, 1985).

Assim a ideologia é eterna, assim como o inconsciente, pois Althusser acredita que a realidade do inconsciente guarda uma relação com a eternidade da ideologia em geral. Mas dizer que ela não tem história, não significa dizer que nela não haja história, há ainda que de forma determinada, a história pela luta de classes (ideologias particulares: religiosa, política, cultural, familiar), mas a ideologia em geral não tem história.

Segunda tese: *a ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.*

Assim “o ponto essencial é que desde que interpretemos a transposição e a inversão imaginária da ideologia, chega-se à conclusão de que na ideologia os homens representam para si mesmos suas condições reais de existência sob a forma imaginária” (ALTHUSSER, 1985, p.126). Marx defende a ideia de que os homens criam para si uma representação alienada (imaginária) de suas condições de existência porque essas mesmas condições de existência são alienantes.

O que os homens representam para si na ideologia não são suas situações reais de existência, mas sim sua relação com essas condições de existência que se representa para eles na ideologia. A tese de que a natureza imaginária dessa relação é que subjaz a toda deformação imaginária que se pode observar em qualquer ideologia. “Toda ideologia representa em sua deformação, necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes, mas acima de tudo a relação imaginária dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas decorrem” (ALTHUSSER, 1985, p. 128).

Terceira tese: *a ideologia tem uma existência material.*

Uma ideologia existe sempre num aparelho e em sua prática ou práticas, e essa existência, de acordo com Althusser, tem um caráter material, expressa em vários sentidos e em diferentes modalidades, todas enraizadas na matéria física. A crença de um indivíduo decorre de suas ideias enquanto sujeito consciente, ao portar-se de tal ou qual maneira, ele adota tais e tais comportamentos práticos e participa de práticas submetidas às regras que são as do aparelho ideológico de que dependem as ideias que ele com plena consciência livremente escolheu como sujeito.

Desta forma os atos estão inseridos em práticas e essas são regidas por rituais aos quais elas se inscrevem dentro da existência material de um aparelho ideológico, o sujeito age na medida em que ‘é agido’ pela ideologia existente em um aparelho ideológico material que prescreve práticas materiais regidas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito que age com plena consciência de acordo com sua crença.

Quarta tese: *a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos.*

Não existe ideologia exceto pelo sujeito e para sujeitos, o Sujeito interpela o indivíduo e esse se reconhecendo na interpelação se constitui em sujeito daquela interpelação.

Althusser aborda o seguinte exemplo: é essencial reconhecer que tanto ele próprio, enquanto autor, tanto o leitor que ler suas páginas, são eles mesmos sujeitos e, portanto sujeitos ideológicos, isto é, que o autor e o leitor vivem espontaneamente ou naturalmente numa ideologia. Reconhecer que somos sujeitos e que funcionamos nos rituais práticos da vida cotidiana (o aperto de mão, o chamar pelo nome) só nos dá a consciência de nossa prática incessante do reconhecimento ideológico, mas não nos fornece o reconhecimento científico do mecanismo desse reconhecimento, pois a ideologia nunca diz sou ideológica, é preciso pois estar fora da ideologia, isto é, no saber científico, para poder dizer: estou na ideologia.

A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos (antes de nascer a criança já é um sujeito apontado como tal dentro da configuração ideológica familiar) o que equivale a dizer que os indivíduos são sempre já interpelados pela ideologia como sujeitos, daí leva-o a sua última proposição: os indivíduos são sempre já sujeitos. E utiliza para isso o seguinte exemplo: um indivíduo que ao andar pela rua é chamado pelo seu nome, neste momento pela sua mera virada de 180° ele já se torna sujeito, pois reconheceu que o chamado se dirigia a ele e era realmente ele quem estava sendo chamado, o interpelado sempre reconhece que é realmente ele quem está sendo chamado.

Retomando a comparação althusseriana do etnógrafo percebemos a partir de Geertz em sua concepção da “descrição densa” que o pesquisador faz uma observação não apenas “dura” da cena, mas envolve-se com o acontecimento que ele procura interpretar. O autor usa como exemplo a “piscadela” ação ao qual apenas com uma observação é possível dizer se o movimento era um tique involuntário ou havia algum sentido, ou seja, se havia algum tipo de comunicação no gesto.

Delimitando assim dois planos: a descrição superficial (o que se está fazendo) e a descrição densa (e o que se está fazendo com o que se faz). E o objeto da etnografia é exatamente o segundo caso, o que se faz com aquilo que se está fazendo, isto é, quais são as teias de sentido permeadas pelo cultural que um gesto, uma ação, um acontecimento tem. Para Geertz, o etnógrafo enfrenta “uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas amarradas, umas às outras, que são estranhas,

irregulares e inexplicáveis, e que ele tem que primeiro apreender e depois apresentar” (GEERTZ apud COLVARA, 2015, p. 52). Althusser compara-se a um etnógrafo, pois este percebe a partir da ‘lente’ da ciência, os comportamentos dos sujeitos inseridos em uma determinada sociedade, sociedade esta pela qual ele também está inserido sendo interpelado constantemente enquanto sujeito ideológico.

A ideologia althusseriana surge, então, com a característica de “unificar” os Aparelhos Ideológicos de Estado. Para Althusser ela não existirá fora das práticas materiais que a reproduzem, nem fora das instituições concretas em que se reproduz, pois o que torna comum as instituições (que compõem os Aparelhos Ideológicos de Estado) é a ideologia das classes dominantes. Então para abordar sua tese sobre sua estrutura e funcionamento o autor traz duas questões: a primeira trata-se do objeto que é representado sob a forma imaginária de ideologia; e a segunda trata da materialidade da ideologia.

Para ele os “homens representam de forma imaginária suas condições reais de existência”, essa ideia de “imaginária” condiz com a representação falseada do mundo transmitida pelas classes dominantes, com o objetivo de subjugação através da dominação da imaginação. É então através da alienação material que as classes dominantes determinam as condições de existência dos homens, desta maneira “todas essas interpretações tomam ao pé da letra a tese de que o que é refletido na representação imaginária do mundo, o que se encontra na ideologia são as condições de existência dos homens, de seu mundo real” (ALTHUSSER, 1985, p. 87).

Podemos perceber com isso que a Ideologia constrói todo um referencial onde o sujeito vive, pensa e age. Essa construção faz com que ele apenas perceba-se em meio a este referencial, nunca fora dele. Ou seja, tudo que se vive no contexto da ideologia é vivido como se não existisse ideologia, o sujeito só se descobre sujeito dentro de um referencial ideológico, contudo suas ações na verdade não são livres, mas estão inscritas em um código de ação definido por aquele referencial ideológico.

Concluindo sua tese da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, Althusser resume que:

Toda a ideologia representa não as relações de produção existentes, mas sobretudo, a relação imaginária dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas. Então é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem (ALTHUSSER, 1985, p. 88).

Prosseguindo, o autor aborda a existência material da ideologia, discutindo que a existência das ideias e das crenças de um sujeito é material, “pois suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por atos materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as ideias do dito sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 92).

Todo sujeito, enquanto ser livre age por suas ideias uma vez que são dotados de consciência, eles creem nessas ideias agindo de acordo com elas, e imprimindo nesse agir os atos de sua prática material. As práticas materiais dos sujeitos provêm dos próprios aparelhos ideológicos, pois “só há prática através de e sob uma ideologia e só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”.

É a partir da interpelação do sujeito através da ideologia, materializada nas práticas, que eles “passam a funcionar por si só, isto é, funcionam à base da ideologia, sem precisar frequentemente da intervenção do Aparelho Repressivo do Estado, na medida em que se inserem nas práticas governadas pelos rituais dos AIE” (ALBUQUERQUE, 1985, p. 49). Desta forma, a Escola, as Igrejas, a Cultura, ou a Informação “moldam através de métodos próprios de sanções, de exclusões, de seleções, etc, não apenas seus funcionários, mas também suas ovelhas” (ALTHUSSER, 1985, p. 70). Então é através da repressão (Aparelho Repressivo de Estado), ou através da ideologia (Aparelhos Ideológicos de Estado) que a classe dominante age sobre os sujeitos, seja através das leis, ou como já citado, através das ideologias.

As ‘verdadeiras’ condições de nossa existência estão ausentes de uma consciência no momento da ação, uma vez que só nos tornamos agentes em função de certo recalçamento (exatamente como para Freud, onde o conceito de inconsciente significa que as forças que determinam nosso ser não podem figurar em nossa consciência), que nenhuma dose de auto-reflexão seria capaz de corrigir.

O que se desconhece na ideologia althusseriana não é o mundo (não é uma questão de conhecer ou de deixar de conhecer a realidade), mas sim um auto desconhecimento que é um efeito da dimensão “imaginária” da existência humana. Na qual por sua vez a dimensão *imaginária* liga-se ao pertencente a uma imagem, em alusão ao ensaio lacaniano intitulado “O estádio do espelho como formador da função do Eu”. Neste ensaio Jacques Lacan cita que um bebê ao ser colocado diante de um espelho identifica-se com sua imagem, contudo ainda não estabelece nenhuma distinção entre sujeito e objeto. Para Lacan o bebê identifica-se com sua imagem, sentindo-se ao mesmo tempo dentro e diante do espelho “de modo que sujeito e objeto deslizam incessantemente um para o outro num circuito fechado” (EAGLETON, 1996, p. 215).

Por isso que a ideologia só existe no e através do sujeito humano, é centrada no sujeito, faz-nos ver o mundo como sendo naturalmente orientado para nós mesmos e o sujeito por sua vez sente-se uma parte natural desta realidade.

3.2.2 O Estado e seus Aparelhos Ideológicos

Em sua obra principal, intitulada *Aparelhos Ideológicos de Estado*, o filósofo francês Louis Althusser visando chegar a sua tese principal sobre esses aparelhos, buscou abordar quatro principais concepções que nortearam sua pesquisa: a reprodução social; a reprodução das relações de produção; a infraestrutura e superestrutura; e a ideologia.

De acordo com Gonzalez de Gómez (1999, p. 27) o Estado poderia ser definido como um conjunto de instituições das quais a principal seria a instituição do uso legítimo da violência e da coerção. O Estado seria assim o marco institucional e instituinte dentro de um espaço de intervenção demarcado geograficamente pelas fronteiras de um território e culturalmente pela sociedade.

Por reprodução social seu pressuposto principal é de que para se reproduzirem as condições econômicas é preciso que haja a reprodução das condições de sua produção. Condições econômicas e políticas, ou principalmente, as condições ideológicas, pois na própria reprodução das forças produtivas existem mecanismos ideológicos. O papel da

ideologia, neste caso consiste em fazer reconhecer a equivalência entre o trabalho humano e a diversidade da remuneração da força de trabalho, “aceitando” a naturalidade da divisão do trabalho.

A reprodução das relações de produção é garantida pelo exercício do poder de Estado nos Aparelhos de Estado (repressivo e ideológico). As relações ideológicas também se encontram presentes no processo produtivo, cada um dos aparelhos utiliza uma maneira que lhe é própria para a exploração do trabalho. Desta maneira “todos os Aparelhos concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista” (ALTHUSSER, 1985, p. 78).

As evidências dessas reproduções estão tão integradas em nossas consciências cotidianas que é extremamente difícil, ou quase impossível, “elevarmo-nos ao ponto de vista da reprodução” (ALTHUSSER, 1985, p. 105). Sendo assim, para existir toda a formação social produz e para esse produzir tem que reproduzir as condições de sua reprodução, portanto tem que reproduzir:

1. As relações de produção existentes;
2. As forças produtivas.

No que diz respeito à primeira, Althusser toma como exemplo um capitalista produtor de lã, aonde em sua fiação tem que reproduzir sua matéria-prima, suas máquinas. Mas ele não produz sua própria produção, para tanto precisa do dono de metalurgia que produz máquinas-ferramentas, precisa do criador de carneiras que o forneça a lã, enfim, tudo isso em proporções tais que no mercado nacional e mundial a demanda de meios de produção para a reprodução possa ser atendida pela oferta. As forças produtivas no entanto serão asseguradas pelo salários. Para Althusser ela é assegurada através dos salários, que aparecem na contabilidade de cada ambiente de trabalho como “capital aplicado à mão-de-obra” e não como uma reprodução material da força de trabalho.

Os salários representam a parcela do valor produzido pelo dispêndio da força de trabalho indispensável à recomposição da força de trabalho. Mas para que essa força de trabalho se reproduza não basta apenas os salários, ela precisa ser qualificada e reproduzida como tal.

Essa ideia da reprodução já está tão integrada em nossa consciência cotidiana que não a percebemos, mas é mister ter claro que uma formação social só existe ao mesmo tempo em que produz e para produzir tem que reproduzir as condições de sua produção. Tem que reproduzir os meios de produção e tem que reproduzir a força de trabalho.

Reproduzir os meios produção diz respeito à “prever como repor o que foi usado ou gasto na produção” e para isso necessita da produção de outros ‘produtores’: daquele que produz a máquina-ferramenta, daquele que produz materiais para construções e instalações físicas, ou seja é todo um mecanismo que leva a uma espécie de cadeia interminável, tudo isso para que seja atendida a demanda de produção para oferta. Já o reproduzir a força de trabalho ocorre, de acordo com Althusser, fora do ambiente de trabalho, ocorre através “do sistema educacional capitalista e de outras instâncias e instituições”, pois além das técnicas e conhecimento, na escola aprende-se as normas do bom comportamento, seria uma reprodução da qualificação diversificada da força de trabalho, mas não apenas isso, seria também uma reprodução da submissão à ordem estabelecida (ALTHUSSER, 1996, p. 108)

“Como se assegura a reprodução da qualificação da força de trabalho em um regime capitalista?” A reprodução da qualificação da força de trabalho por sua vez acaba por ser obtida através do sistema educacional capitalista.

Na escola se aprende a aprender, bem como se aprende a ler, escrever e contar, aprende também elementos de cultura científica ou literária que tem uma utilidade direta nos diferentes cargos de produção. A escola também ensina as normas do bom comportamento, ou seja, a atitude a ser observada por cada agente na divisão técnica e social, conforme o emprego ao qual ele esteja destinado. É neste espaço que se aprende o saber-fazer.

A reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução de sua qualificação, mas uma reprodução à submissão às regras à ordem estabelecida, ou seja uma reprodução da submissão à ideologia vigente para os trabalhadores e uma reprodução da capacidade de manipular a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que também se assegure com palavras a dominação da classe dominante. A escola ensina as formas que assegurem à sujeição à ideologia dominante ou o domínio de sua prática (ALTHUSSER, 1996, p. 108).

Por isso ao discutir os Aparelhos Ideológicos, passa a considerar como Aparelho Ideológico de Estado número “um” o Aparelho Escolar, fazendo o seguinte questionamento: Por que o aparelho educacional é de fato o Aparelho Ideológico de Estado dominante nas formações sociais capitalistas, e como ele funciona? (ALTHUSSER, 1996, p.121).

E responde: todos os Aparelhos Ideológicos de Estado contribuem para um mesmo resultado que é a reprodução das relações de produção, cada qual contribui de uma maneira que lhe é própria, regido por uma só partitura: a partitura da ideologia da atual classe dominante, mas o educacional *captura* as crianças de todas as classes desde a tenra idade escolar e durante anos martela em sua cabeça, quer utilize métodos novos ou antigos, uma certa quantidade de saberes embrulhados pela ideologia dominante.

Ao término uma imensa massa de crianças é ejetada para a produção, sendo provida na prática por uma ideologia que se ajusta ao papel que lhe compete exercer na sociedade: o papel dos explorados, o papel dos agentes de exploração, o papel dos agentes de repressão, ou o papel dos profissionais da ideologia (ALTHUSSER, 1996, p.122).

É nesse repisar de uma ideologia da classe dominante que são reproduzidas as relações de produção, ou seja, a relação dos explorados com os exploradores e desses com os explorados. Os mecanismos que produzem esses resultados são encobertos pela ideologia da escola, universalmente dominante por ser uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante.

A questão da ideologia althusseriana é a questão dos mecanismos ideológicos, que vem desembocar na divisão do trabalho e no caráter natural do lugar determinado para cada ator social na produção. Ou seja, quando ele fala em ideologia está referindo-se à reprodução das relações de produção, compreendendo-a como um conjunto de práticas materiais necessárias à essa reprodução. Existe nesse conjunto de práticas uma sujeição situada em um conjunto de instituições concretas, que “embora distintas, essas instituições possuem a unidade do efeito da sujeição dos agentes sociais, sua unidade, no entanto, não lhe é conferida por uma política de comando, mas pela ideologia dominante, ou seja, nos Aparelhos Ideológicos de Estado” (ALBUQUERQUE, 1985, p. 8-9).

Para explicar sua tese sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, Althusser (1985) busca antes diferenciá-los dos Aparelhos Repressivos de Estado (ARE). O autor começa lembrando que na teoria marxista, o aparelho de Estado seria antes repressivo, indicando seu funcionamento através da violência. Outro caráter diferenciador seria o caráter de unicidade do ARE em detrimento da multiplicidade dos aparelhos ideológicos,

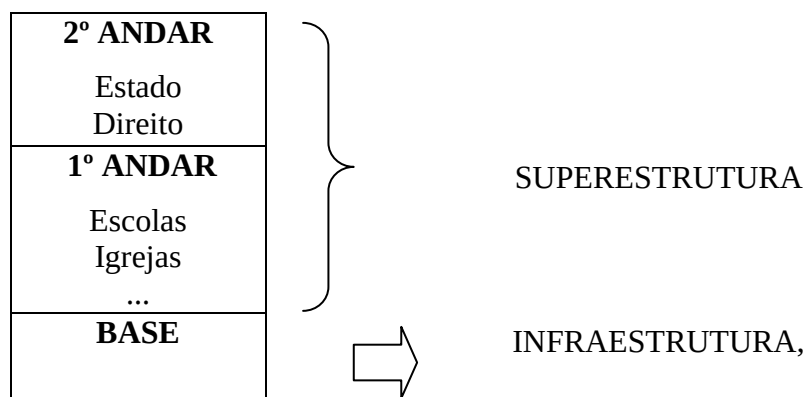
enquanto que a unicidade do Aparelho Repressivo de Estado está assegurada por uma organização centralizada, unificada sob a direção dos representantes das classes no poder, executantes da política da luta das classes no poder, a unidade entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado está assegurada, geralmente de maneira contraditória, pela ideologia dominante, a da classe dominante (ALTHUSSER, 1985, p.74).

Ao Aparelho Repressivo de Estado cabe garantir sua dominação pela força física ou não, assegurando pela repressão as condições políticas das relações de produção, ao passo que aos Aparelhos Ideológicos de Estado cabem manter sua unidade assegurada através e pela ideologia da classe dominante.

Diante de todo o processo de reprodução das condições de produção é possível pensar as condições da infraestrutura e superestrutura, pois apoiado em Marx, Althusser aborda a estrutura da sociedade constituída por níveis ou instâncias. Sendo a infraestrutura a base econômica e a superestrutura composta pelo Direito e o Estado, bem como pelo que ele chama de “diferentes ideologias” (Igreja, Escolas,...). Percebe-se com isso que é a unidade representada pela base econômica, que irá definir e sustentar as instâncias do Estado e Ideológicas, sendo essa última representada pelos Aparelhos Ideológicos (ALTHUSSER, 1985).

Althusser (1996) representa essa estrutura da sociedade como um edifício que contém uma base que seria a infraestrutura, sobre a qual se erigem os dois andares da superestrutura. Conforme ilustra a Figura 1.

Figura 4: Metáfora do edifício de Althusser



Fonte: Althusser, 1996, p. 110

Os andares superiores são sustentados sobre uma base econômica, fazendo pensar no que a tradição marxista chama de autonomia relativa da superestrutura e da ação recíproca da superestrutura sobre a base. Sendo assim é a partir da reprodução que a superestrutura existe e vive, ocorre o que o autor chama por “determinação em última instância” pela base econômica. “A determinação em última instância do que acontece nos andares superiores pelo que acontece na base econômica” (ALTHUSSER, 1996, p. 110).

Essa metáfora do edifício serve para ilustrar que o Estado, a Política e os outros Aparelhos de Estados, não se sustentam sozinhos, sendo determinados pela eficácia da base econômica (infraestrutura), que seria a base do edifício. Sendo assim o Estado seria o que os clássicos marxistas chamaram de Aparelho de Estado, sendo composto não apenas pelos aparelhos especializados, mas também pelos corpos auxiliares que atuam como força repressora. O Estado só tem sentido em função do poder estatal, onde de um lado está a luta política de classes e de outro o Aparelho de Estado.

O Estado é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes assegurarem sua dominação sobre a classe trabalhadora. Ele não tem sentido a não ser em função do poder estatal. Toda luta política de classes gira em torno do poder estatal, por uma certa classe ou por uma aliança entre classes ou frações de classes. Desta forma há distinção entre o poder estatal, entre a luta política de classes e entre o Aparelho de

Estado. O autor ainda enumera a partir da teoria marxista, algumas características do Estado:

1. O Estado é o Aparelho (repressor) de Estado;
2. É necessário estabelecer a distinção entre o Poder de Estado e o Aparelho de Estado;
3. O objetivo da luta de classes diz respeito à posse do Poder de Estado e, por consequência, à utilização do Aparelho de Estado pelas classes detentoras do poder de Estado, em função de seus objetivos de classe;
4. O proletariado deve assenhorear-se do Poder de Estado para destruir o Aparelho de Estado burguês existente e, em uma primeira fase, a da ditadura do proletariado, substituí-lo por um Aparelho de Estado completamente diferente, proletário, e depois, nas fases ulteriores, instalar um processo radical, o da destruição do Estado (CASSIN, 2014, p. 9).

Althusser não explicita o que seria o poder estatal, sendo assim o interpretamos da seguinte forma: como um poder que variará de acordo com quem esteja responsável por sua *posse*, apresenta uma característica de dinâmica. Diferentemente do Aparelho de Estado que sobreviverá aos acontecimentos políticos. É como se o primeiro estivesse numa escala abaixo do segundo. E segue com sua teoria do Estado abordando que além daquela distinção (*poder estatal* e Aparelho Ideológico), há dois outros aparelhos dentro do Aparelho de Estado, sendo eles: o Aparelho Repressivo de Estado e o Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1996, p. 114).

O Aparelho Repressivo de Estado (que compõe o Aparelho de Estado) é composto pelos ministérios, pela polícia, pelos tribunais, pelos presídios, etc. É o que Althusser acredita funcionar através da violência, através da repressão. E no que diz respeito aos Aparelhos Ideológicos de Estado, o autor dar esse nome “a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições especializadas” (ALTHUSSER, 1996, p. 114) e lista uma série deles:

O **AIE religioso** (o sistema das diferentes igrejas); o **AIE escolar** (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares); o **AIE familiar**; o **AIE jurídico**; o **AIE político** (o sistema política,

incluindo os diferentes partidos); o **AIE sindical**; o **AIE da informação** (imprensa, rádio e televisão, etc); e o **AIE cultural** (literatura, artes, esportes,...) (ALTHUSSER, grifo nosso, 1996, p. 114-115)

O que distingue os AIEs do Aparelho Repressivo de Estado, é que enquanto o Aparelho Repressivo de Estado funciona pela ‘violência’ os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia. Não implica dizer que o Aparelho Repressivo de Estado também não funcione pela ideologia e que os Aparelhos Ideológicos de Estado não funcionam pela repressão. Implica dizer que “o Aparelho Repressivo de Estado funciona maciça e predominantemente pela repressão e secundariamente pela ideologia [...] do mesmo modo no sentido inverso, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam maciça e predominantemente pela ideologia, mas também secundariamente pela repressão”, todos os AIEs contribuem para a reprodução das relações de produção, ou seja, “das relações capitalistas de exploração” (ALTHUSSER, 1996, p. 116 e 121).

Cada um dos AIEs possuem ideologias próprias materializadas pelas práticas dos sujeitos, “essas práticas são regidas por rituais inscritos dentro da existência material de um Aparelho Ideológico [...] uma ideologia existente num aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais regidas por um ritual material” faz com que os atos dos sujeitos sejam materializados em suas práticas, com plena consciência, de acordo com suas crenças. (ALTHUSSER, 1996, p. 130-131).

Nesta perspectiva as ideias que formam as ideologias tem existência material, materializada pelas práticas dos indivíduos, quando indivíduo adota alguns comportamentos, participa das práticas pertencentes à determinado AIE a esse referente. Todo sujeito dotado de consciência age de acordo com suas ideias, portanto inscreve essas ideias nos atos de suas práticas materiais. Assim um sujeito age na medida em que é agido pelas ideologias próprias dos AIEs aos quais se submete. E conclui: “não existe ideologia, excerto pelo sujeito e para sujeitos, a categoria do sujeito é a categoria constitutiva de qualquer ideologia” (ALTHUSSER, 1996, p. 131).

A inteireza da sociedade é decomposta num sem número de operações técnicas distintas e especializadas cada uma das quais vem assumir uma vida própria semiautônoma e a dominar a existência como uma força quase natural (EAGLETON, 1996).

Trouxemos as discussões abordadas por Althusser, em suas concepções de ideologia, de Estado e de Aparelhos de Estado, como forma de melhor situar o que o ele compreende por Aparelhos Ideológicos de Estado. Contudo este estudo será ancorado no Aparelho Ideológico de Informação, classificado como os meios de comunicação.

3.2.3 O Aparelho Ideológico de Informação

Em suas ideias, Althusser começa diferenciando os Aparelhos Repressivos de Estado (ARE), aquele que funciona na base da violência, dos Aparelhos Ideológicos de Estado, enumerando as instituições que designa como AIE. A diferença principal, conforme abordado anteriormente, seria o caráter de unicidade do ARE, enquanto os AIE são plurais. Outra distinção é a ideia de que, enquanto o ARE pertence inteiramente ao domínio público o AIE pertence ao domínio privado, a diferença fundamental entre eles é que enquanto um age à base da violência o outro age pela ideologia.

Para Althusser a multiplicidade dos AIE não impede sua unidade, unificada pela ideologia dominante. Sendo assim os AIE não são apenas objeto, mas lugar da luta de classes. A classe no poder, não elabora as leis nos AIE com a mesma facilidade que ocorre no ARE, uma vez que as resistências das classes oprimidas podem encontrar neles o meio e a ocasião de se exprimirem. Ele enumera as diferentes instituições que compõem os Aparelhos Ideológicos percebendo suas características de funcionalidade. Todas as instituições que fazem parte dos AIE são “de Estado”, não por serem centralizadas (como ocorre com os ARE), mas porque são constitutivas das classes que compõem a sociedade (ALTHUSSER, 1985).

Ele designa um certo número de instituições distintas e especializadas, que irão compor os AIE, afirmando que “a ordem de enumeração não tem nenhum significado especial” (ALTHUSSER, 1985, p. 68). Dentre esse número de instituições encontra-se o AIE de informação, “a imprensa, o rádio, a televisão, etc”, ou melhor, os meios de comunicação e informação.

É interessante observar que mesmo havendo distintos Aparelhos, Althusser dá uma atenção especial ao Escolar, ao qual assim como os outros aparelhos ideológicos, se caracteriza como um sistema formado por instituições e organizações escolares e suas práticas, independente de serem públicas ou privadas. Portanto a escola, enquanto

instituição é um elemento do Aparelho Ideológico de Estado escolar e não o próprio AIE escolar. Deve ser entendido como um sistema, dentre os vários que compõem o Estado, que tem como objetivo reproduzir as relações de produção, a escola surge também enquanto reprodutora das relações de produção e espaço da luta de classes que se trava com maior ou menor intensidade no seu interior.

A ideologia dominante, segundo Althusser existe no interior das instituições, assim a escola tem, na reprodução das relações de produção da sociedade capitalista, o transmitir de saberes e práticas escolares que fazem com que os sujeitos criem que as relações sociais existentes são boas e desejáveis. Contudo há também existência de outras ideologias que não a do Estado no interior do AIE escolar. Essas são produzidas como subproduto da prática em que se realiza a ideologia de Estado, ou seja, apresentam-se como produto da luta de classe no interior dos AIE.

No que diz respeito ao Aparelho Ideológico de Informação, Althusser não o aprofunda da mesma maneira que o Aparelho Escolar, então para essas discussões trouxemos alguns autores que visualizam a carga simbólica embutida nos processos info-comunicacionais presentes nos meios de comunicação.

Santos (2008, p. 18) aborda que para a realização do ato comunicativo o ser humano pode empregar duas formas de comunicação: “a verbal, que pode ser oral ou escrita; e a não verbal que compreende a comunicação gestual e a pictórica”. Do ponto de vista da amplitude, a comunicação pode ser:

subjettiva; interpeessoal ou grupal; e massiva que se faz pelo emprego de meios de comunicação como o jornal, ou a televisão que tem maior alcance e atinge um grande número de receptores (SANTOS, 2008, p. 19)

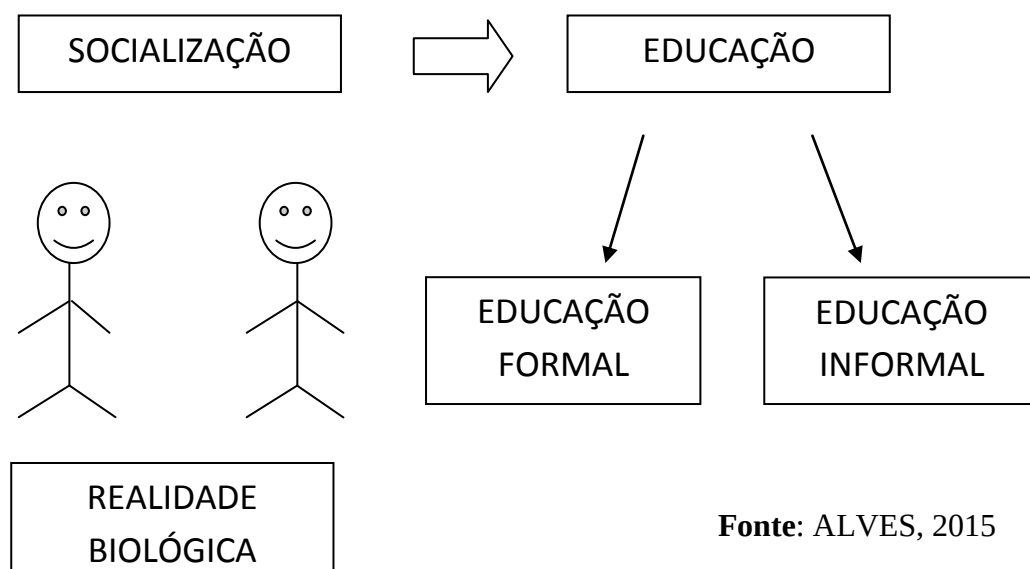
O processo info-comunicacional inicia-se com o processo de socialização, que ocorre primeiramente a partir do processo de Educação, desta forma desde a infância o ser humano depara-se com processos educacionais, todos aqueles componentes que fazem parte da vida da criança, como os pais, irmãos, objetos não-humanos, enfim.

Contudo esse microcosmo só existe dentro de uma relação maior de macrocosmo, ou seja, são as interações maiores que existem externamente, onde

encontram-se inseridos os pais ou qualquer outro adulto responsável pela criação das crianças.

Decorrente dessas macro-relações os adultos apresentam o mundo às crianças, esse mundo será compreendido desse ponto, a partir do mundo onde os adultos fazem parte e estão inseridos. Só com a socialização, ou seja, com a imposição de padrões sociais às condutas dos indivíduos é que se aprende e se reconhece como membro da sociedade, para isso o veículo primordial da socialização é a linguagem é com ela que os indivíduos adquirem a capacidade de pensar, refletir ou interpretar o mundo a sua volta.

Figura 5: Representação da Socialização a partir da Educação Formal e Informal



Fonte: ALVES, 2015

Para Berger e Berger (1977) a linguagem pode ser caracterizada como uma instituição, permitindo aos indivíduos compreender a multiplicidade de significados existentes no mundo social a partir do ponto de vista interior, “através do processo de reciprocidade e reflexão entre o mundo interior do indivíduo e o mundo social externo” (BERGER; BERGER, 1977, p.70).

Assim, a socialização, a linguagem e a interiorização permitem assumir variados tipos de individualidades nos sujeitos, variando de acordo do 'mundo específico' no qual os indivíduos na infância estão inseridos. Neste âmbito os papéis desempenhados pelos pais no momento da criação acabam por representar instituições uma vez que, por

existirem fora do indivíduo e por acreditarmos e lançarmos mão de sua objetividade contribuem com nosso processo de socialização e relação com o mundo do qual fazemos parte.

Concomitantemente o surgimento da comunicação de massa acarretou um impacto no que diz respeito aos padrões de experiência e comportamento dos indivíduos, pois “para a maioria das pessoas o conhecimento que se tem dos fatos que acontecem além do nosso do seu meio social, é em grande parte derivado da recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia” (THOMPSON, 2007, p. 285). É importante considerar que a expressão “massa” aqui não se refere a uma pluralidade de pessoas indiferentes e inertes, mas sim se refere às pessoas inseridas em contextos sócio históricos específicos e que veem as mensagens dos meios com graus diferentes de concentração, interpretam-na e dão sentido relacionando à aspectos de suas vidas.

Para isso Thompson (2007, p. 288-289) percebe que a comunicação de massa apresenta quatro características:

- 1) Produção e difusão de bens *simbólicos*, seria o conjunto de instituições interessadas na fixação, reprodução e mercantilização da comunicação;
- 2) Apresenta uma *ruptura entre produção e recepção dos bens simbólicos*, a mediação das formas simbólicas através da comunicação de massa implica um fluxo de mensagens de mão única do produtor ao receptor de influenciar ou intervir nos processos de produção e difusão, pois não há a interação face a face;
- 3) Diz respeito à *facilidade de acesso das formas simbólicas no tempo e no espaço*, pois a transmissão das mensagens através das telecomunicações possibilita-se alcançar um alto grau de distanciamento espacial num tempo mínimo;
- 4) A comunicação de massa implica a *circulação pública das formas simbólicas* de maneira tal que qualquer indivíduo, com condições prévias ao acesso aos meios técnicos e aos recursos para adquirir, terão também acesso às formas simbólicas.

Desta maneira “a comunicação de massa institui uma ruptura entre a produção e a recepção das formas simbólicas, tornando possível a interação através do tempo e espaço, que pode ser descrito como uma *quase-interação mediada*” (THOMPSON, 2007, p. 299). A televisão, os jornais, os livros, possibilitaram o desenvolvimento dessa quase-interação mediada sugerida por Thompson, ou seja, a pluralidade de indivíduos

que recebem mensagens espalhadas nos diversos contextos espaço-temporais, também agem em resposta ao que recebem. A ação responsiva não é a mesma maneira que ocorre na interação face-a-face, as respostas às mensagens mediadas pelos meios podem ser extremamente variadas e diversificadas, reflete a variedade dos contextos dentro dos quais as mensagens são recebidas.

Deve ser destacado, ainda, que o desenvolvimento da comunicação de massa reconstituiu os limites entre a vida pública e privada, “com o desenvolvimento da comunicação de massa, a visibilidade dos acontecimentos, ou dos indivíduos nos domínios públicos ou privados, não está mais diretamente ligada com a partilha de local comum” (THOMPSON, 2007, p. 314), pois os acontecimentos publicizados através da quase mediação passam agora a ser vivenciados, pelos receptores destas mensagens, dentro de seus próprios domínios privados.

As mensagens recebidas via televisão ou outros meios estão sujeitos à elaborações discursivas, elas são discutidas pelas pessoas no curso de suas vidas cotidianas, tanto por aqueles que receberam as mensagens de forma direta, quanto por outros que a receberam secundariamente, que não participaram da quase-interação mediada.

A televisão e outros meios geraram um novo tipo de domínio público, que não tem mais limites espaciais, que não está necessariamente ligado à conversação dialógica e que é acessível a um número indefinido de pessoas que podem estar situadas dentro de locais domésticos privados [...]. O desenvolvimento da comunicação de massa criou um novo tipo de publicidade que transformou as condições sob as quais a maioria das pessoas são capazes de vivenciar o que é público e de participar, hoje, no que pode ser chamado de um domínio público. (THOMPSON, 2007, p. 320-321).

Desta maneira concordamos com Thompson (2007) ao abordar que somente com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, os fenômenos ideológicos puderam emergir como fenômenos de massa, pois a comunicação de massa torna-se um local para a produção e difusão de ideologias. E considera que os fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos, pois “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido das formas simbólicas - ações e falas, imagens e textos, expressões linguísticas ou não linguísticas que são produzidos e reconhecidos por sujeitos, servem

para estabelecer e sustentar relações de dominações”. São relações assimétricas de dominação, pois estão presentes em todos os contextos sociais aos quais os indivíduos estão inseridos, nos ambientes familiares, no trabalho, na escola, ou na estrutura política (THOMPSON 2007, p. 76).

Os meios de comunicação atuam em sociedades que abrem espaço para a participação da maior parte da população. As decisões políticas, o consumo, o transporte, o lazer, o trabalho, a educação e a transmissão de informações envolvem uma grande quantidade de pessoas contribuintes e consumidores de cultura e informação.

3.3 A INFORMAÇÃO DE NATUREZA IDEOLÓGICA

Ancorando-se no posicionamento de Deleuze e Guatarri (1993, p.13) para os quais consideram que os conceitos devem “ser inventados, fabricados, ou antes, criados e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam”, pois os conceitos não são dados pela natureza, mas sim criados pelo homem. Propomos então, trabalhar o conceito de informação ideológica.

Compreender os conceitos de informação e ideologia nos possibilitou pensar a necessidade de definirmos os conceitos, pois como observa Dahlberg (1978a, p. 18) “sem definições, sem compreensão do conteúdo dos conceitos, nenhuma ordenação de conceitos pode ser construída”. Para Dahlberg (1978b) o conceito só existe quando há predicados relacionados com o objeto do mesmo conceito, assim “a formação dos conceitos é a síntese dos predicados necessários verdadeiros a respeito de determinado objeto, ou seja, o conceito é a unidade de conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto” (DAHLBERG, 1978a, p. 12).

Com a ajuda da linguagem é possível formular enunciados a respeito dos conceitos. “Com base nos enunciados elaboramos os conceitos relativos aos diversos objetos. Cada enunciado verdadeiro representa um elemento do conceito. A soma total dos enunciados verdadeiros fornece seu conceito” (DAHLBERG, 1978b, p. 102). Todo enunciado sobre objetos contém um elemento do respectivo conceito que se identifica como característica do conceito, estes elementos identificam-se com as chamadas

características dos conceitos. “A intensão do conceito é a soma total das suas características [por meio dos enunciados]. É também a soma total dos respectivos conceitos genéricos e das diferenças específicas ou características especificadoras” (DAHLBERG, 1978, p. 105).

Embasados, em nossa reflexão, sobre o conceito de informação, para a qual existe nas instâncias comunicativas, quando os agentes envolvidos fazem parte de uma ordem normativa legitimada pelo grupo de interlocução, onde os processos comunicacionais são compreendidos por todos que fazem parte daquele conjunto, ou nele estão inseridos. Ocorre quando há transmissão, inscrição e decodificação circunscritas pelas disponibilidades materiais e infraestruturais em que se inscrevem uma ação.

Considerando o conceito de ideologia abordado por Althusser que confere a esta um caráter de ilusão, na qual os homens representam de forma imaginária, suas condições reais de existência. A ideologia althusseriana consiste em representar a relação imaginária dos indivíduos com suas relações reais de existência, ou seja, a ideologia existe a partir das relações falseadas (transmitidas pelas classes dominantes com o objetivo de subjugação através da dominação da imaginação) com as relações reais nas quais os indivíduos estão inseridos.

Essa ideologia será materializada nas práticas, reguladas por atos materiais, eles mesmos definidos pelos aparelhos ideológicos. Então é através da ideologia que a classe dominante age sobre os sujeitos envolvidos numa mesma ordem normativa

Diante do exposto, apresentamos os enunciados que podem vir a compor o conceito de informação ideológica:

- a) Informação ideológica é um tipo de informação;
- b) Tem sua existência subordinada à condição da materialidade;
- c) Tem como função disseminar conteúdos que contribuam para a reprodução das condições de produção de uma sociedade;
- d) Produz um conhecimento ilusório sobre a realidade.

Então consideramos informação ideológica como um fenômeno subordinado a condição de materialidade uma vez que todo sujeito, enquanto ser livre age por suas ideias, pois dotado de consciência, crê nessas ideias agindo de acordo com elas, imprimindo nesse agir os atos de sua prática material. As práticas materiais dos sujeitos provêm dos próprios aparelhos ideológicos, pois só há prática através de uma ideologia, e só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito. Nesta feita o processo de produção de informações consolida a representação de diferentes discursos e visões de mundo.

4 AS REDES SOCIAIS NA INTERNET

A Ciência da Informação utilizando-se da interdisciplinaridade dialoga com disciplinas de distintos campos do saber, visto que, seu objeto de estudo, a informação, possui um caráter polissêmico. Saracevic (1999) justifica este caráter interdisciplinar da Ciência da Informação ao acreditar que as problematizações da disciplina não podem ser resolvidas por abordagens de uma única disciplina. Assim à luz dos entendimentos passamos a considerar interdisciplinaridade como o

método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si, esta interação pode ir da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa (PINHEIRO 2006, p. 3 *apud* JAPIASSU; MARCONDES, 1991).

Desta forma concordamos com González de Gomez (2003, p. 38) ao trazer que

a produção de conhecimento disciplinar adquire vitalidade num movimento de fechamento e abertura, se não houvesse seus momentos de delimitação e focalização de um domínio, os conhecimentos ficariam ‘fluidificados, vagos’. Mas também se não se mantivesse dentro de uma rede de relações solidárias com outras abordagens disciplinares, correria o risco de coisificação, sujeito a sua permanente repetição e cópia.

Destarte é visível que no campo da CI a informação é tratada como seu objeto de investigação. Ao longo dos anos o conceito de informação adquiriu novos comportamentos dentro da seara das pesquisas realizadas no âmbito da CI. A informação torna-se acessível também a partir, ou principalmente pelos meios de comunicação em especial as redes sociais. As tecnologias da informação e comunicação surgiram como um novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização, bem como um novo mercado de informação e de conhecimento.

Sua emergência ocorreu na década de 1940, com o uso dos primeiros computadores pelos militares para cálculos científicos. O uso civil disseminou-se durante os anos 1960, contudo os computadores ainda eram grandes máquinas de calcular, frágeis e isoladas em salas refrigeradas. Lévy (1999, p. 31) informa que a

virada fundamental para o desenvolvimento e comercialização dos microprocessadores, data da década de 1970. Desde então a busca e uso dos aparelhos eletrônicos, computadores e redes de comunicação deixou de servir apenas às grandes empresas, para tornar-se também um instrumento de criação, de organização, de diversão e acesso ao público.

No Brasil, as primeiras iniciativas no sentido de disponibilizar a internet ao público começaram em 1995, a partir da atuação do Ministério da Comunicação e do Ministério de Ciência e Tecnologia no sentido de implantar a infraestrutura necessária e definir parâmetros para a posterior operação de empresas privadas provedoras de acesso aos usuários. Desde então, a internet no Brasil cresceu de forma espantosa, em especial nos anos de 1996 e 1997, quando o número de usuários aumentou quase 1000%, passando de 170 mil (janeiro/1996) para 1,3 milhão (dezembro/1997). E no início dos anos 2000 já havia cerca de 15 milhões de brasileiros acessando a Rede de suas residências e em seus locais de trabalho (MONTEIRO, 2001). Atualmente cerca de 1,7 bilhão de pessoas estão conectadas, ou seja, um quarto da população total do planeta.

A palavra ciberespaço foi utilizada pela primeira vez por William Gibson, em 1984 em seu romance intitulado *Neuromante*. “No livro esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha, palco de conflitos mundiais, [...] Gibson torna sensível a geografia móvel da informação, normalmente invisível” (LÉVY, 1999, p. 92). Contudo Lévy compreende ciberespaço como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”, desde então essa emergência do ciberespaço teve um efeito sobre a pragmática das comunicações.

O advento da comunicação mediada pelo computador, mais do que permitiu aos indivíduos comunicar-se, permitiu além de tudo que outros tipos de redes sociais fossem criadas. Quando nos referimos a este tipo de rede estamos nos referindo aquelas mediadas pelos computadores, tais redes foram protagonistas da emergência latente de informações. A ideia de uso da palavra ‘rede’ adveio devido às interações e conversações que tomaram fôlego no início da década de 1990. Recuero (2010, p. 24) observa que: “uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições, ou grupos) e suas conexões (interações ou laços sociais)”.

Neste sentido a internet proporciona não apenas o acesso às informações, mas também possibilita a discussões de temas variados entre pessoas que se encontram geograficamente distantes e que dificilmente se comunicariam fora desta rede. A partir dela novas formas de socialização são produzidas, criam-se espaços para debates, em blogs, comunidades, ou grupos. O que constitui e mantém esses “espaços” são as interações, através delas os laços são formados e adensados no interior das redes sociais, constituídos por interesses comuns entre os indivíduos, favorecendo a interação uns com os outros através de mensagens e trocas interacionais. A partir do advento da internet as redes sociais atualizaram-se para os meios digitais, assim, vários sites de redes sociais são utilizados atualmente, como exemplo, o *Twitter*, o *Instagram*, o *Flicker*, e, o nosso objeto de análise, o *Facebook*.

Do ponto de vista da privacidade, a internet proporcionou a vigilância sobre informações que geramos sobre nós mesmo, conforme observa por Ramonet (2015) “à época de internet a vigilância passou a ser algo onipresente, imperceptível, indetectável e invisível, que já não se precisa mais da instalação de cabos e microfones”. Ainda de acordo com Ramonet (2015) a internet constitui hoje a ferramenta de vigilância mais fantástica que o ser humano criou, pois seu objetivo principal é colocar todos sob vigilância como forma de controle. Sendo esse interesse do Estado legitimado pela promessa de maior eficácia na administração burocrática da sociedade, assim o Estado afirma que será mais competitivo e, portanto servirá melhor os cidadãos, se os conhece melhor, da forma mais profunda possível.

Diante dessas ideias, é que surge questionarmos considerar a internet como um meio de comunicação de massa. Monteiro (2001, p. 31) utilizando-se do Dicionário de Comunicação, cita que os meios de comunicação de massa possuem as seguintes características:

- a) São operados por organizações amplas e complexas, envolvendo diversos profissionais, com diferentes habilidades;
- b) São capazes de difundir suas mensagens a milhões de pessoas, utilizando recursos tecnológicos, sustentados pela economia de mercado (através da publicidade, por exemplo);
- c) Falam para uma audiência numerosa, heterogênea, dispersa geograficamente e anônima;

- d) E exercem uma comunicação de um só sentido, ainda que possuam algum sistema de *feedback*.

Diante deste posicionamento percebemos que a internet também apresenta estas características, tendo em vista que ela possui uma organização ampla e complexa na qual, através de um aparato tecnológico, inúmeros computadores difundem conteúdos para uma audiência numerosa, heterogênea, geograficamente dispersa e anônima, da mesma forma como acontece na comunicação de massa.

4.1 REDES SOCIAIS MEDIADAS PELA INTERNET

Historicamente, percebemos que as redes de informação existem desde a época dos mosteiros e da instalação das universidades quando se formavam os grupos de estudiosos e de religiosos. Porém a palavra teve origem no latim *Retis*, que designava um tipo de malha para prender pássaros, pequenas caças ou peixes, para Silva (2014) a etimologia da palavra foi transposta para assim designar um instrumento de captura de informações. Contudo a institucionalização do conceito de “rede” (*network*) surge em 1908, na Conferência Internacional de Bibliografia e de Documentação, em Bruxelas no intuito de existir um projeto coletivo cooperacional (SILVA, 2014, p. 27).

Redes representam sistemas, estruturas ou desenhos caracterizados por elementos dispersos espacialmente, mas que mantêm alguma ligação entre si. Para seu funcionamento a rede precisa de uma estrutura constituída por nós (pessoas da rede, atores), unindo-se por vínculos (relação de um ator com outro) de naturezas diversas e objetivos comuns para formar a rede diante de uma entrada (condição inicial) e originando uma saída (resultado), formando conexões/ligações (SILVA, 2014, p. 29).

O advento da *Internet* ampliou o conceito de rede, ao mesmo tempo em que facilitou a comunicação e tornou a distância remota, considerando que os seres humanos se conectam por uma rede complexa de relações sociais, temos que as redes sociais são compostos de indivíduos com interesses em comum.

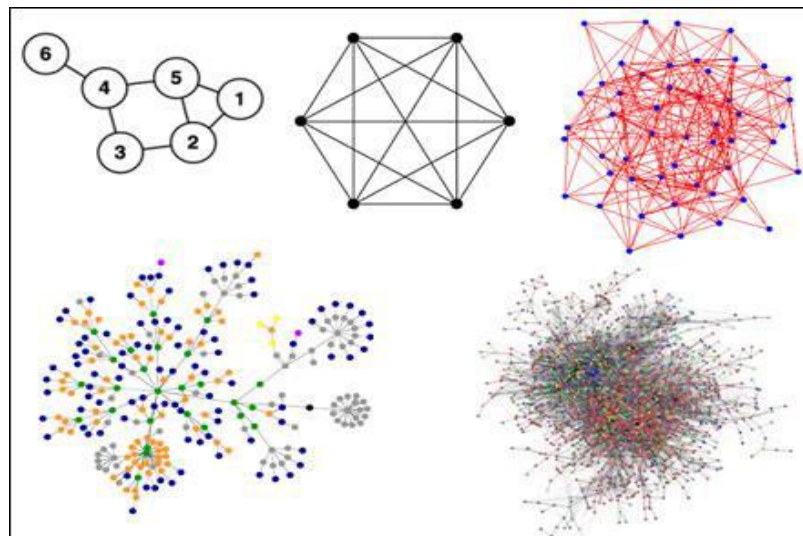
Para constituir-se, deve haver interesse comum e colaboração entre os atores da rede. Pode ter estrutura flexível, sem níveis hierárquicos e, mutante conforme o fluxo de informações. Promove interação e cooperação entre os atores e forma novas relações, movimentando diferentes níveis de colaboração (SILVA, 2014, p. 30).

São estabelecidos laços e ligações entre os atores, esses laços podem ser fracos quando se referem às relações mais limitadas no espaço e no tempo e de menor profundidade afetiva. Bem como podem ser também laços fortes, quando se mantém uma troca constante das mesmas notícias entre um grupo ou indivíduos que se comunicam e relacionam-se frequentemente.

Ainda de acordo com Silva (2014, p. 31) as redes sociais podem ser classificadas em *redes sociais formalmente organizadas* “que ocorre quando há uma intenção explícita e consciente para uma interligação em rede, de pessoas e/ou entidades”; e *redes informalmente organizadas* “são redes de encontros informais entre os atores (empresas, organizações profissionais, instituições, universidades, associações) com interesses semelhantes”.

O estudo das redes sociais presentes na internet vem sendo incorporado às ciências sociais para estudar fenômenos empíricos derivados das interações entre os atores de um dado contexto social. Nesta perspectiva, os processos que envolvem as redes estão em constante transformação, “redes são dinâmicas e como tais, estão sujeitas a processo de ordem, caos, agregação, desagregação e ruptura” (RECUERO, 2010, p. 80). O estudo das redes constitui em analisar os agrupamentos sociais dela derivados, esses agrupamentos são representados por estruturas e topologias fundamentais para a compreensão das redes sociais.

Figura 6: Topologias das redes



Fonte: Extraído de AMARAL, 2012, p.23

Essas topologias são importantes para o estudo das redes sociais, uma vez que graficamente, a rede seria representada através dos pontos e das linhas. Os pontos representam os nós (indivíduos, grupos, empresas) e as linhas as relações (RECUERO, 2006). As topologias mais comuns são: a distribuída, a centralizada e a descentralizada (representadas, na Figura 2, pela terceira de cima e pelas duas últimas, respectivamente).

A rede distribuída é aquela onde todos os nós possuem mais ou menos a mesma quantidade de conexões; a rede centralizada é aquela onde um nó centraliza a maior parte das conexões; e a rede descentralizada é aquela que possui vários centros, ou seja, a rede não é mantida conectada por um único nó, mas por um grupo pequeno de nós conectando vários outros grupos (RECUERO, 2010, p. 57).

Assim, se observamos um perfil no Facebook, seu grau de conexão será a quantidade de conexões (amigos) que ele possuir, pode ser explicado também pelas conexões que um nó recebe e das conexões que ele dá ou faz. Recuero (2010) cita que elas podem apresentar-se de diferentes formas: densidade, centralização e centralidade.

- a) Densidade: Pode ser compreendida como a proporção do número geral de conexões de um grafo (conjunto de nós conectados entre si por linhas

formando uma rede), ou seja, a quantidade de conexões que um grafo possui.

b) Centralização: A medida de um grafo em relação à outros grafos.

c) Centralidade: Diz respeito à popularidade de uma conexão, “um nó seria central se tem um grau de conexão alto em relação aos demais”

Recuero (2009) enfatiza que não há redes ‘estáticas’ no tempo e no espaço, elas são dinâmicas e estão sempre em transformação, os processos dinâmicos das redes são consequência direta dos processos de interação entre os atores. Essas transformações, em uma rede social, são largamente influenciadas pelas interações. As redes sociais adquirem movimentos próprios que, por vezes, somam e constroem um determinado laço social ao mesmo tempo em que outras, enfraquecem ou mesmo destroem esse laço. É justamente a partir destes fluxos de desterritorialização e reterritorialização que a rede social se constitui e se renova incessantemente.

Percebe-se que a internet, enquanto ferramenta de comunicação permitiu aos indivíduos organizarem-se em forma de rede, criando e mantendo laços sociais entre eles, ao quais permite-se reunir em torno de assuntos comuns, facilitando a troca de informações a partir de interesses semelhantes. Esta ferramenta tornou possível que qualquer indivíduo (com condições econômica-culturais prévias) em qualquer parte do mundo tivesse acesso aos mais diversificados conteúdos. Nos anos 1990 a internet, enquanto infra-estrutura de redes, servidores e canais de comunicação deu sustentação à *Web* (*World Wide Web*). Esta por sua vez, enquanto espaço de comunicação, geração de informações e troca de conhecimentos, proporcionou também o surgimento de grupos sociais que se auto organizaram desencadeando o processo de comunicação.

A esses grupos sociais organizados em meio aos processos informáticos atribuiu-se o nome de ‘comunidade’, ou seja, um grupo de pessoas conectadas com bases e interesses em comum. Algumas dessas comunidades passaram a desenvolver grupos de estudos sobre determinadas áreas do conhecimento, possibilitando a troca de informações sobre áreas específicas de interesses dos membros. Lévy (1999, p.127) cita que há “três princípios que orientaram o

crescimento inicial do ciberespaço: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva”. No tocante às comunidades Lévy cita que

é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das relações geográficas e filiações institucionais (LÉVY, 1999, p. 127).

A característica principal que permeia os ambientes dessas comunidades é a reciprocidade, pois se aprendemos algo a partir delas é fundamental também que repassemos nossos ou novos conhecimentos. As afinidades, alianças intelectuais, até mesmo amizades podem desenvolver-se nos grupos presentes nas comunidades. “Esses grupos seriam construídos por uma nova forma de sociabilidade, decorrente da interação mediada pelo computador, capaz de gerar laços sociais” (RECUERO, 2010, p. 136). As pessoas encontram-se e reencontram-se, conversam, trocam ideias, mantêm contatos, através da internet, todos esses elementos existentes no ciberespaço são formadores das redes de relações sociais, constituindo-se em comunidades. Nas comunidades

os membros estão conectados pelas trocas simbólicas, mais do que pela interação face a face (...) os interesses homogêneos das pessoas participantes das comunidades aumentam a sensação de empatia, compreensão e suporte mútuo, ou seja quanto mais parecidos e mais interesses em comum tiverem os atores sociais, maior a possibilidade de formar grupos coesos com características de comunidades (RECUERO, 2010, p. 136).

Nesta compreensão admite-se que as comunidades presentes na internet, existem a partir de interesses comuns dos membros que dela fazem parte e são agrupadas por diferentes tipos de conexões. Os agrupamentos formados nas comunidades compreendem os chamados grupos sociais, neles há uma interação que pode gerar laços fortes ou laços fracos, ambos despertados ou não, pelos interesses homogêneos das pessoas participantes, “laços sociais mediados pelo

computador costumam ser *multiplexos*², pois refletem interações acontecendo em diversos espaços e sistemas” (RECUERO, 2010, p. 42).

A autora cita que para as redes sociais firmarem-se na internet é relevante compreender cinco pontos relevantes:

1. As redes sociais virtuais propiciam uma divisão da sociedade ali inserida em grupo sociais, potencializando o alcance dos contatos;
2. As redes sociais virtuais podem ser utilizadas de diversas formas por grupos heterogêneos que se apropriam delas para fins que vão além da ferramenta;
3. A informação pode chegar a pessoas geograficamente distantes atingindo um número cada vez maior de usuários;
4. Compreende as redes como espaços de discussões e conversação o que possibilita a interação dos atores sociais envolvidos manifestarem-se, onde a partir do suporte internet as pessoas resolver seus problemas ou discutir fatos que podem ou não influenciar suas vidas;
5. As redes sociais virtuais vista como espaços que possibilitam as mobilizações sociais, ou seja, a possibilidade de pessoas organizarem-se em grupos, encontrando outros indivíduos com ideias e posicionamentos semelhantes (RECUERO, 2010).

Percebemos desta forma a partir destas discussões, que as redes sociais mediadas pela internet, invadiram a vida das pessoas de maneira tal que hoje elas ocupam um espaço, ou boa parte do tempo diário dos sujeitos em sociedade. Modificou os relacionamentos e os diálogos interpessoais, contribuindo com a interatividade representando mudanças profundas na forma de organização, identidade. Essa conexão permitiu aos indivíduos comunicar-se, favorecendo a livre expressão e compartilhamento de informações, devido majoritariamente à

² Diz respeito às diversas qualidades e trocas que caracterizam uma determinada conexão social (RECUERO, 2010, p. 77)

flexibilidade e adaptabilidade que estas redes possuem características importantes em tempos de rápidas e intermitentes mudanças.

Hoje o acesso já não ocorre apenas através de pontos fixos, a internet ampliou-se de tal maneira possibilitando às pessoas conectar-se através de diversos equipamentos ou plataformas ampliando ainda mais o acesso. Neste ínterim de uso de redes sociais mediadas pela internet a que mais se destaca é o *Facebook*, objeto deste estudo.

4.2 APRESENTANDO O FACEBOOK

O século XXI veio marcado pelo aparecimento das redes sociais basicamente vinculadas à internet. É nesta dinâmica que se encontra o *Facebook*, chamado originalmente de *TheFacebook*, criado por Mark Zuckerberg e Eduardo Saverin, em setembro de 2003 à época alunos da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Seu foco inicial foi criar uma rede de contatos entre escolas e colégios dos Estados Unidos, inicialmente o projeto foi chamado *Course March*, se caracterizando como uma ferramenta que auxiliava os alunos a escolher uma disciplina como base em quem já tivesse sido matriculado nos cursos (CORRÊA, 2013).

Em seguida veio o site *Facemash*, elaborado para conhecer quem era a pessoa mais atraente da Academia de Harvard, a partir das fotos vindas dos chamados Facebook que eram mantidos nos alojamentos dos cursos de graduação. Em fevereiro de 2004 o endereço *TheFacebook* é criado, nele podia ser inseridas ideias advindas do *Course March* e do *Facemash*. O Facebook torna-se oficialmente uma empresa em 20 de setembro de 2005, neste período a rede social chegou a cinco milhões de usuários, até o momento o que o usuário podia fazer era preencher o perfil e verificar as informações que outros haviam colocado em seus próprios perfis. Mais tarde surge o serviço de postagem de fotografias e após um mês de lançado 85% dos usuários já usavam a opção de marcação nas fotos, no final de 2010 o site já hospedava 40 bilhões de fotografias, tornando-se o maior site de fotos do mundo (CORRÊA, 2013).

Até esse momento o *Facebook* era destinado ao público das universidades, Zuckerberg cria então um grupo de trabalho na tentativa de atrair um público mais

adulto. Sua ideia era atrair empresas, pois para ele a ideia era ir além do público acadêmico. Desta forma as ferramentas foram aprimoradas na tentativa de proporcionar a interação entre os usuários. Com isso o *Facebook* lança o feed de notícias permitindo aos usuários ter informações mais precisas a respeito de seus gostos e interesses. Assim após uma semana cerca de 20 mil pessoas por dia conectavam-se ao *Facebook*. Essa novidade do *feed* permitiu aos usuários publicar mensagens, deixar avisos e mensagens para seus amigos, postar fotos, ou expor e exibir assuntos de seu interesse (CORRÊA, 2013).

Hoje tomou uma proporção e uma abrangência tão intensa que atingiu a marca de um bilhão de usuários ativos, sendo por isso a maior rede social em todo o mundo. No início de 2012 o Facebook se tornou a maior rede social no Brasil e na América Latina, ultrapassando o Orkut, Tumblr e o Twitter. Em meio às marcas atuais mais renomadas no mercado o *Facebook* cota-se por mais de 50 milhões de dólares. Ao se conectar com seus amigos ele monta uma rede capaz de ser usada para distribuir qualquer informação, seja ela através de *status* de relacionamento, de fotos, de comentários, convites de jogos, eventos, até mesmo divulgação de marcas sendo elas de pessoas ou grandes empresas (CORRÊA, 2013).

A utilização do site é gratuita permitindo ao usuário criar um perfil com foto e adicionar amigos, com os quais se pode trocar mensagens públicas e privadas. Sua principal característica é promover a interação entre pessoas. Além disso, há a presença dos grupos, nesses participam indivíduos com interesses comuns, assim organizam-se para compartilhar e disseminar informações (CORRÊA, 2013).

Os utilizadores da rede, no momento da criação do perfil, têm à sua disposição vários campos de preenchimento não obrigatório: sexo, data de nascimento, *status* de relacionamento, naturalidade, residência, endereço eletrônico, telefone, instituição profissional e acadêmica, idiomas, entre outros. O espaço “Sobre Você” pode ser preenchido com informações que dizem respeito aos próprios usuários, podem igualmente registrar citações preferidas e manifestar gostos e preferências relativas a filmes, programas de TV, livros e música.

Além de ferramentas de busca, são disponibilizadas ferramentas de comunicação (que possibilita tanto o envio de mensagens privadas, como o comentário a *posts* ou quaisquer situações postadas), ferramentas de publicação (que permitem importar

imagens e vídeos) e diversas aplicações que permitem jogar, programar eventos, fazer convites, assim como criar grupos com diferentes configurações: abertos a todos os utilizadores, fechados e secretos. No perfil principal do usuário (mural) é permitido aos amigos postarem mensagens, fotos, vídeos, fazerem comentários às publicações ou apenas apertar o botão “curtir”, significando que determinada publicação foi interessante ou bem aceita.

Imagem 1: Página inicial do Facebook

A imagem mostra a interface da página de criação de conta do Facebook. No topo, há uma barra azul com o logo "facebook" e campos para login (E-mail ou telefone, Senha) e um botão "Entrar". Abaixo do login, há uma seção com o texto "No Facebook você pode se conectar e compartilhar o que quiser com quem é importante em sua vida." e uma ilustração de uma rede social. À direita, há a seção "Abra uma conta" com o subtítulo "É gratuito e sempre será.". Esta seção contém campos para "Nome" (dividido em "Nome" e "Sobrenome"), "E-mail ou número do celular", "Insira novamente o e-mail ou o celular", "Nova senha", "Aniversário" (com campos para Dia, Mês e Ano) e "Por que preciso informar minha data de nascimento?". Há também opções de gênero: "Feminino" e "Masculino". Abaixo, há um aviso sobre os Termos e a Política de Dados, e um botão verde "Abrir uma conta". No rodapé, há um link para "Criar uma página para uma celebridade, banda ou empresa."

Fonte: Extraído do facebook.com.br

Até março de 2015, cerca de 1,44 bilhão de pessoas no mundo acessaram o site, já no Brasil o número de usuários chegou a 89 milhões, no segundo trimestre de 2014. A estimativa é de que oito a cada dez internautas brasileiros (dos cerca de 107 milhões) estão no Facebook, frente ao total de pessoas que navegam na internet no país (MARTINUZZO; SANGALLI, 2015).

5 AS REDES SOCIAIS COMO APARELHOS IDEOLÓGICOS DE INFORMAÇÃO

Ao longo de nossas discussões apresentamos as concepções althusserianas a respeito das ideologias e dos aparelhos ideológicos e paralelamente expomos discussões trazidas com o advento da internet. Contudo o *link* entre esses conceitos não foi traçado tendo em vista que a internet, quando Althusser pensou nos AIE, não possuía a proporção que tem hoje, quiçá falava-se nela. Cabe agora pensarmos esta ferramenta enquanto um meio de comunicação.

Como vimos os Aparelhos Ideológicos de Estado dispõem-se a organizar (ou dominar) a população através de instituições disciplinadoras, tais como a Escola, a Igreja, a Cultura, bem como a Informação, âmbito de nossa pesquisa. Os Aparelhos Ideológicos de Informação, assim chamados e classificados por Althusser, constituem-se por jornais, rádios, televisão, ou seja, os tradicionais meios de comunicação. Esses, por sua vez, têm como principal estratégia de dominação estender ao público mais amplo, os ‘produtos’ advindos das classes dominantes, aonde a partir da “reprodução das imagens traz o máximo de informações para dentro do campo visual dos indivíduos, possibilitando sua tradução, mas distanciando as massas do acesso às regras da produção e das possibilidades criadoras” (SODRÉ, 1994, p. 33).

Nos Aparelhos Ideológicos de Informação “o poder apresenta-se como uma forma reguladora que simula o mundo para melhor administrá-lo” (SODRÉ, 1994, p. 33 e 38). As formas reguladoras, para Sodré (1994, p. 38), “compreendem de um lado a infraestrutura comunicacional (redes integradas de transmissão, informática) e de outro uma superestrutura caracterizada como a face mais evidente do setor terciário, ou seja, a televisão, os discos, os ambientes audiovisuais”, sendo a superestrutura legitimada pelos discursos de educação, entretenimento e comunicação global.

Para Ramonet (2013) a internet pode ser classificada como um meio de comunicação, seu desenvolvimento proporcionou a possibilidade de expressão e sociabilização, essas trocas são possíveis através de uma rede de conexão. A ideia de uso da palavra ‘rede’, conforme abordado anteriormente, adveio das interações e conversações que tomaram fôlego no início da década de 1990.

O termo sugere ainda a ideia de fluxo, de movimento, a concepção mais comum seria de uma “configuração de vínculos interpessoais entrecruzados de forma inespecífica, conectados às ações de pessoas e às instituições da sociedade” (RECUERO, 2010, p. 24).

Nas redes os indivíduos são ligados por laços sociais, os quais podem ser reforçados ou rompidos. Acioli (2007) cita a rede social como uma rede na qual os membros de uma sociedade estão imersos, os indivíduos são representados graficamente por pontos, e as relações por linhas. Consideramos, neste estudo o indivíduo como um organismo biológico dotado de uma personalidade particular, um cidadão e membro da sociedade, possuidor de ideias e valores.

No tocante ao uso das redes sociais mediadas por computador, percebe-se que os indivíduos que dela fazem uso, encontram-se imersos em imagens, símbolos e informações, no qual,

é preciso colocar rostos, informações que gerem individualidade e empatia [...] esse requisito é fundamental para que a comunicação possa ser estruturada. Essas questões são importantes porque trazem a necessidade de que o ator que se expressa através da comunicação mediada pelo computador, seja individualizado e percebido (RECUERO, 2010, p. 27).

Desta maneira todos os rastros deixados nessas redes mediadas por computador são pistas que permitem o reconhecimento entre os membros. As conexões de uma rede social são constituídas por laços sociais, são essas conexões o principal foco das redes sociais. Para Castells, as redes são estruturas abertas com possibilidade de expansão ilimitada. “A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de uma sociedade” (CASTELLS, 1999, p.497).

Colvara (2015, p. 54) percebe que as redes sociais são formulários de enquadramento em que afetos e imagens são colocados para se adaptar a um olhar imaginado e idealizado. Estes atores são vistos através de suas “expressões sociais” imerso em um panorama de comunicação com o ‘outro’, “um misto de quantificação de fluxos e os reflexos de uma idealização entre eu e um pretendido olhar do Outro”.

Para Souza (2014a) a comunicação de massa reforça representações ancoradas em atitudes tidas como dominantes, que acabam por funcionar como um dos principais veículos de divulgação ideológica, o espetáculo difuso criaria a sensação, ilusória porém sedutora, de uma possível participação livre, nesta perspectiva,

os meios de comunicação de massa são um dos principais responsáveis por esta mediação, produzindo e difundindo em grande escala formas simbólicas capazes de traçar sentidos e significados que influenciarão na própria forma que os agentes sociais apreendem, interpretam suas vidas, em última instância, constroem a realidade (SOUZA, 2014a, p. 257).

O poder e a abrangência ocasionadas pelos meios de comunicação de massa e sua influência na formação de opiniões públicas, fez Guy Debord pensar o conceito de ‘Sociedade do Espetáculo’, destacando-se a partir da intenção de almejar “uma mudança mais libertadora da sociedade e da vida nas quais estamos presos”. Espetáculo remete às noções de contemplação e passividade, e na perspectiva debordiana, está atrelada à fragilidade da intervenção dos sujeitos na realidade social. Procurando transformar profundamente a sociedade, restituindo aos sujeitos o direito de viverem suas próprias vidas. A teoria da ‘Sociedade do Espetáculo’, como postula Guy Debord, descreve as sociedades capitalistas contemporâneas marcadas por discursos ideologicamente construídos a partir de representações hegemônicas aos interesses do mercado (SOUZA, 2014a).

A consciência humana e a capacidade do homem de pensar ficam submissas a um conjunto de influências que recebem do espetáculo tornando difíceis as mudanças, contribuindo para a criação das condições de reprodução de representações hegemônicas e interesses específicos, ou seja, a ideologia da qual a teoria do espetáculo fala (SOUZA, 2014a, p. 258). É neste sentido que Ramonet (2013) cita que os conglomerados midiáticos têm como missão difundir ideologias disfarçadas de informação.

O filósofo Leandro Karnal em palestra no auditório do Instituto CPFL em São Paulo, intitulada “*Hamlet é o anti-facebook*”, traz o personagem da peça

Shakespeariana, para o século XXI ao dizer que ele parece dialogar conosco, pois Hamlet fica muito semelhante ao homem do século XXI ao ‘inventar’ dores.

A partir do momento em que inventarmos dores (dores financeiras, dores físicas, dores de problemas familiares) buscamos o disfarce de uma grande dor maior, uma dor que não conseguimos nominar. Por isso estabelecemos dores laterais, por isso estabelecemos que estejamos bem ou não em determinado momento. Hamlet diz exatamente que essa dor maior nasce do fato de que todos naquela peça, de quase 4500 versos, estão dizendo a ele o que ele deve ou que não deve ouvir e não exatamente o que as coisas são.

Hamlet objetivamente está olhando para o mundo e dizendo quando é que haverá alguém que vai me dizer o que as coisas são? Quando alguém parará de colocar fantasias? De disfarçar sua dor? Quando alguém começará a estar presente naquilo que fala? Quando as pessoas começarão a ser e deixarão de não ser? Estas são perguntas difíceis de serem respondidas.

Falamos muito e a todo instante, seja ao celular (Whast App), seja ao Facebook, porque, segundo Karnal (2015) nós não temos mais nada a dizer e não tendo nada a dizer é como se preenchêssemos esse vazio com falas constantes. É como se preferíssemos sermos vigiados a sentirmos sozinhos, preferimos sentirmos protegidos pela crítica, a largado pela indiferença (KARNAL, 2015).

Porque ser enquadrado nesse mundo é ser alguém que serve para o palco alheio, para a peça escrita pelos outros e ao final sem os aplausos de ninguém. Hamlet está dizendo: digam ao computador, ao celular, pelo menos uma vez na vida quem é que manda, porque até o momento são ‘eles’ que mandam.

Eu acredito que nós estamos gritando desesperadamente para sermos observados, eu acredito que nós estamos muito solitários, eu acredito que potencializamos o “eu”. Nós temos desde a invenção da imprensa, no século XV na Alemanha, à invenção da grande imprensa de jornalismo século XIX para o XX, a televisão, o rádio no século XX, nós temos um crescimento gigantesco da capacidade de comunicação com o grande público. Se eu tiver vários grupos no Whats App, várias contas no Facebook, o que eu estou lendo de fato, se todo o meu tempo está sendo consumido pela atualização dessas questões? Ou seja, minha preocupação não é com a tecnologia, a minha preocupação é quem sou eu que preciso estar presente com tantas personagens, com tantos espaços, para que tanta gente me veja? Nós não estamos mais

brilhantes, ou mais produtivos do que há trinta anos, apenas estamos incrivelmente mais ocupados com o mundo virtual (KARNAL, 2015).

Demo (2000) discute as ambivalências dessas relações sociais citadas por Karnal, percebendo a contribuição das faces dessas relações com a impressão de que a vida em sociedade é essencialmente ambígua. Da mesma forma como o poder, que se esgueira pelas beiradas buscando não ser percebido e influenciando. O mesmo ocorre com a informação, na qual além do bombardeamento, há a manipulação em face à ambientes ambivalentes e comunicativo social, aonde a normatividade não é apenas dada, mas historicamente construída. Se é levado à comportamentos que acredita-se serem criativos, mas na verdade existe por trás, uma coerção muito bem construída.

Porém Ramonet (2013) acredita que a internet permitiu sonhar com a democratização da informação, uma vez que ter um veículo/meio de expressão próprio da rede é relativamente barato e fácil, pois se pode criar um blog, comentar e criticar informações. Toda essa dinâmica proporcionada pela internet fez surgir um novo personagem, o personagem cidadão, que sabe escrever, pensar e graças àquela ferramenta cria-se informação que chega ao mundo inteiro. É aqui que se descortina o que Althusser pregou, ou seja, há a possibilidade da luta de classe, na qual as classes dominadas podem encontrar o meio e a ocasião de expressar-se, mesmo que esse expressar-se venha arraigado de disfarces.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, conforme cita Thompson (2007), seria “o processo geral através do qual a transmissão das formas simbólicas se tornou mais mediada pelos aparatos técnicos e institucionais das indústrias da mídia”. Assim as pessoas agem diferentemente a partir da ordem social pela qual estão inseridas, neste âmbito as instituições de comunicação de massa atuam como um mecanismo através do qual a ideologia da classe dominante se concretiza e a reprodução das relações de produção é garantida, garantindo além de tudo a coesão e a reprodução social através da transmissão e da inculcação da ideologia dominante.

Adorno e Horkheimer (apud THOMPSON, 2007) discutiram os filmes, o rádio, a televisão, a música popular, as revistas e os jornais, argumentando que o surgimento das indústrias de entretenimento, teve como resultado a padronização das formas culturais, atrofiando a capacidade do indivíduo de pensar e agir de uma maneira crítica e

autônoma. Houve o que os autores chamaram de “indústria cultural” diante do desenvolvimento da comunicação de massa, referindo-se à mercantilização das formas culturais ocasionadas pelo surgimento das indústrias de entretenimento na Europa e nos Estados Unidos no início do século XX.

Os bens produzidos pela indústria cultural, diferentemente das obras de arte, são caracterizados pela lógica da produção de mercadorias e pela troca. “A contemplação e o gozo de uma obra de arte são substituídos pela troca de uma mercadoria que é valorizada por seu valor de troca e não por seu caráter estético intrínseco” (THOMPSON, 2007, p. 134). Assim os indivíduos passam a ser adaptados e ajustados à ordem social existente pela experimentação do consumo ocasionada pelo desejo de possuir objetos.

Habermas (apud THOMPSON, 2007, p. 146) também apresenta algumas críticas à ideia da indústria cultural, prestando atenção ao desenvolvimento das instituições da mídia desde o século XVII partindo da desintegração do que ele chama de “esfera pública” chegando até os dias de hoje. Para o autor a esfera pública burguesa cria um fórum onde a autoridade do estado podia ser criticada e julgada por um público pensante. Ela se desenvolveu no campo da literatura em seguida tratou de questionar problemas políticos. “No final do século XVII e início do século XVIII os salões das casas de Café de Paris e Londres transformaram-se em centro de discussão e debate”, discussões essas que foram facilitadas pelo desenvolvimento da indústria do jornal, tornando-se a imprensa um fórum chave do debate crítico político. Os critérios para fazer parte desta esfera pública tendiam para a educação, compreendia na prática o público leitor.

Contudo logo essa esfera pública emergente foi minada pela expansão de um estado intervencionista, bem como pelo crescimento massivo das organizações industriais. “Esses desenvolvimentos fizeram nascer uma esfera social repolitizada de modo que elimina o papel de um debate público permanente” (THOMPSON, 2007, p. 147). As discussões em salões e cafés perderam espaço para as instituições de comunicação de massa, as quais se transformaram em organizações comerciais de grande porte.

A comercialização da comunicação de massa alterou seu caráter, o que tinha sido, numa época, um fórum privilegiado de debate racional-crítico se transformou em apenas mais um campo de consumo cultural e a esfera pública emergente se transformou num mundo fraudulento de pseudo-privacidade (...). Novas técnicas de gerenciamento de opinião foram desenvolvidas, essas técnicas interpelam os indivíduos como cidadãos particulares e não como consumidores, por trás de um véu de um suposto interesse público, os serviços de manipulação de opinião promovem objetivos particulares de grupos de interesses organizados (THOMPSON, 2007, p. 148).

A transformação dos meios de comunicação permitiu também que imagens e mensagens tornassem acessíveis à audiências amplamente extensas, especialmente com o desenvolvimento da televisão. Thompson (2007, p.219) cita que a origem da comunicação de massa é aproximadamente do século XV, quando as técnicas associadas com a imprensa de Gutemberg foram assumidas por uma variedade de instituições nos maiores centros comerciais da Europa e exploradas para fins de produzir múltiplas cópias de manuscritos e textos, tendo o papel como suporte e principal meio de transmissão.

O papel foi inventado na China por volta de 105 aC, seu uso logo se espalhou pelo Ocidente, bem como na Ásia. Paralelamente ao papel surgiram as técnicas de impressão, também na China. Por volta do século IX, novas técnicas eram inventadas, tais como a versão tipo móvel. Impressões com tipo também começaram a aparecer na Europa no final do século XIV, iniciado com Johann Gutenberg, que trabalhou como ourives em Mainz, “sua técnica diferenciava do método chinês em dois aspectos: o uso do tipo alfabético, em vez de caracteres ideográficos e a invenção da prensa de impressão” (THOMPSON, 2007, p. 230).

As primeiras imprensas imprimiam livros, panfletos e folhas noticiosas³, mais tarde começam a ser impressas as primeiras revistas, cabe-nos ressaltar que o desenvolvimento da imprensa vinha acompanhado com o exercício do poder político pelas autoridades administrativas dos Estados-nação. Desta forma, toda essa série de desenvolvimento de meios técnicos fez nascer no início do século XX o processo de difusão, abrindo uma nova era da transmissão cultural. Por transmissão cultural

³ As primeiras folhas noticiosas apareceram no início do século XVI, consistiam em publicações relacionadas a acontecimentos particulares, não seguiam séries ou edições.

Thompson (2007, p. 227) compreende o “desenvolvimento de meios técnicos, tais como sistema de correios, indústria de publicação e da comercialização de livros, filmes, cinema, rádio, televisão e assim por diante”, que nos deixa margem para a inclusão, nesta lista, da internet.

Tal difusão foi apresentada por Marconi ainda no final do século XIX, ainda que a energia elétrica, para fins de comunicação, já fosse conhecida nos Estados Unidos quando a primeira linha telegráfica foi inventada, mesmo assim “a invenção de Marconi empregando ondas eletromagnéticas e dispensando a necessidade de fios, aumentou enormemente o potencial desse meio e transformou a natureza da comunicação por eletricidade” (THOMPSON, 2007, p. 241). A tecnologia sem fio se desenvolveu rapidamente durante a Primeira Guerra Mundial, quando usado como meio de comunicação para fins militares, então as décadas de 1920 e 1930, em especial nos Estados Unidos e Inglaterra, assistiu a difusão do rádio. Mais tarde durante as décadas de 1940 e 1950 o sistema de difusão é revolucionado com a chegada da televisão.

Percebe que a comunicação de massa⁴, de forma generalizada, difundiu bens simbólicos facilmente reproduzíveis e acessíveis à numerosos receptores, essa reprodução além de ser controladas pelas instituições de comunicação de massa, são reproduzidas com o objetivo de ser trocadas e mercantilizada sendo vendidas como serviços. Esses bens são produzidos para receptores situados fisicamente distantes que receberão tais serviços mediados por meios técnicos, aumentando, assim, o acesso às formas simbólicas no tempo e no espaço. “Em virtude da ruptura instituída entre produção e recepção, a natureza e a extensão do distanciamento podem depender das práticas sociais e das condições técnicas de recepção” (THOMPSON, 2007, p. 291), ou seja, irá depender dos receptores, se esses possuírem os meios técnicos as habilidades, os recursos para adquiri-los.

Embora haja a ideia de uma circulação para um “domínio público”, ela é sempre limitada, pelas condições sócio-históricas de produção, transmissão, recepção. Os meios técnicos possibilitaram às pessoas interagir umas com as outras mesmo que distantes fisicamente. É interessante também observamos que o desenvolvimento dos meios

⁴ Acessíveis à amplas audiências, disponibilizando “produtos” a uma pluralidade de receptores. “Contudo essas pessoas veem as mensagens dos meios com graus diferenciados de concentração, interpretam-nas ativamente e dão-lhes sentido subjetivo, relacionando-as à outros aspectos de suas vidas”.

técnicos de comunicação de massa reconstituiu os limites entre a vida pública e privada das pessoas.

As vidas privadas das pessoas podem ser transformadas em acontecimentos públicos pelo fato de serem veiculadas através dos meios de massa; e acontecimentos públicos podem ser vivenciados em situações privadas, como acontece quando os problemas de estado são vistos ou lidos na privacidade de uma casa (THOMPSON, 2007, p. 311).

Remontando historicamente, tal dicotomia entre público-privado esteve ligada ao desenvolvimento do Direito Romano, ao qual de um lado refere-se à distinção entre o território do poder político institucionalizado, crescentemente investido nas mãos de um estado soberano e por outro lado remete-se aos campos da atividade econômica privada e as relações pessoais que se colocaram fora do controle direto do estado. Thompson (2007, p.312) traz que além desta ideia, “desde o final do século XIX um conjunto de organizações econômicas foram criadas e colocadas dentro do domínio público, como resultado das políticas de intervenção do estado” no controle do crescimento econômico. Neste sentido o domínio privado constitui nas organizações econômicas particulares operando numa economia de mercado, e por sua vez o domínio público inclui as organizações econômicas estatais, tais como as indústrias nacionais e os serviços públicos do estado.

Alerte-se que o sentido referido neste estudo significaria “aberto” ou “acessível”, referindo ao público. Seria tudo aquilo que é visível ou observável, o que está aberto à todos (ou a muitos) a fim de ser visto, ouvido ou comentado. O privado, por sua vez, seria o “escondido da vista”, o dito em privacidade ou em segredo, é neste sentido que “com o desenvolvimento da comunicação de massa, a visibilidade dos acontecimentos nos domínios públicos e privados não está mais diretamente ligada com a partilha de um local comum” (THOMPSON, 2007, p. 314). É desta forma que pessoas vivenciam acontecimentos que tiveram lugar no domínio público no contexto de seus locais domésticos privados.

As mensagens transmitidas pelos meios técnicos além de recebidas são também discutidas durante ou após a recepção, sendo em seguida, partilhadas com um círculo

mais amplo de pessoas que podem ou não ter vivenciado o processo de recepção. Os indivíduos estão constantemente envolvidos no esforço de compreender, avaliar e dar sentido às mensagens que chegam até eles, “a ideia de que os receptores de mensagens são espectadores passivos, esponjas inertes é um mito enganador que não condiz com o processo contínuo de interação e incorporação”, proporcionando um constante entendimento e re-entendimento sobre si mesmos, “sendo um processo gradual que acontece no decurso do processo de dar sentido às mensagens e relacionar-se com elas, e nas idas e vindas de reconta-las a outros e ouvi-las, recontadas novamente à nós” (THOMPSON, 2007, p. 409).

Neste processo contínuo as pessoas tomam conhecimento não apenas das coisas referentes às mensagens, mas também de si mesmos como pessoas que possuem opiniões, necessidades e desejos, ou seja, há a *interpelação dos indivíduos como sujeitos*. Althusser acredita que não existe ideologia exceto pelo sujeito e para sujeitos, o Sujeito interpela o indivíduo e esse se reconhecendo na interpelação se constitui em sujeito daquela interpelação, processo que ocorre nos rituais práticos da vida cotidiana onde estão presentes as instituições que compõem os Aparelhos Ideológicos de Estado, em que se reproduzem todas as condições das relações de produção daquela vida diária. Desta forma a compreensão das mensagens é ao mesmo tempo um processo de auto compreensão e auto formação, por isso a apropriação das mensagens carrega o potencial da crítica e até autocrítica, mesmo que esse potencial seja limitado e incompleto.

Até mesmo o próprio pesquisador, ao desenvolver seu estudo, encontra-se submerso em interpretar as formas simbólicas produzidas e recebidas por sujeitos no percurso de sua vida. O que o pesquisador analisa são fenômenos onde há presença de outros sujeitos, assim como nós, que compõem o mundo social, que produzem, recebem e entendem as formas simbólicas como uma parte rotineira de sua vida diária. “A interpretação das formas simbólicas como ideológicas implica a análise tanto da construção dos significados como das relações e contextos sociais específicos, dentro dos quais as formas simbólicas são produzidas e recebidas” (THOMPSON, 2007, p. 415).

Percebe que quando se dá voz às pessoas e aos grupos que até aqui ocuparam posições sociais subordinadas, o mais provável é que suas necessidades e desejos, ou

suas preferências e prioridades sejam vistas e percebidas. Os indivíduos, enquanto ser livre, agem por suas ideias, e dotado de consciência, crê nessas ideias agindo de acordo com elas, imprimindo nesse agir os atos de sua prática material. Mesmo diante da reprodução das crenças e valores socialmente partilhados, onde as pessoas são moldadas para se ajustar aos papéis atribuídos pela ideologia dominante, existe a interpretação de cada indivíduo. Esse irá receber mensagens com graus diferenciados de concentração, interpretando-as ativamente e dando-lhes sentido subjetivo, relacionando-as à outros aspectos de suas vidas.

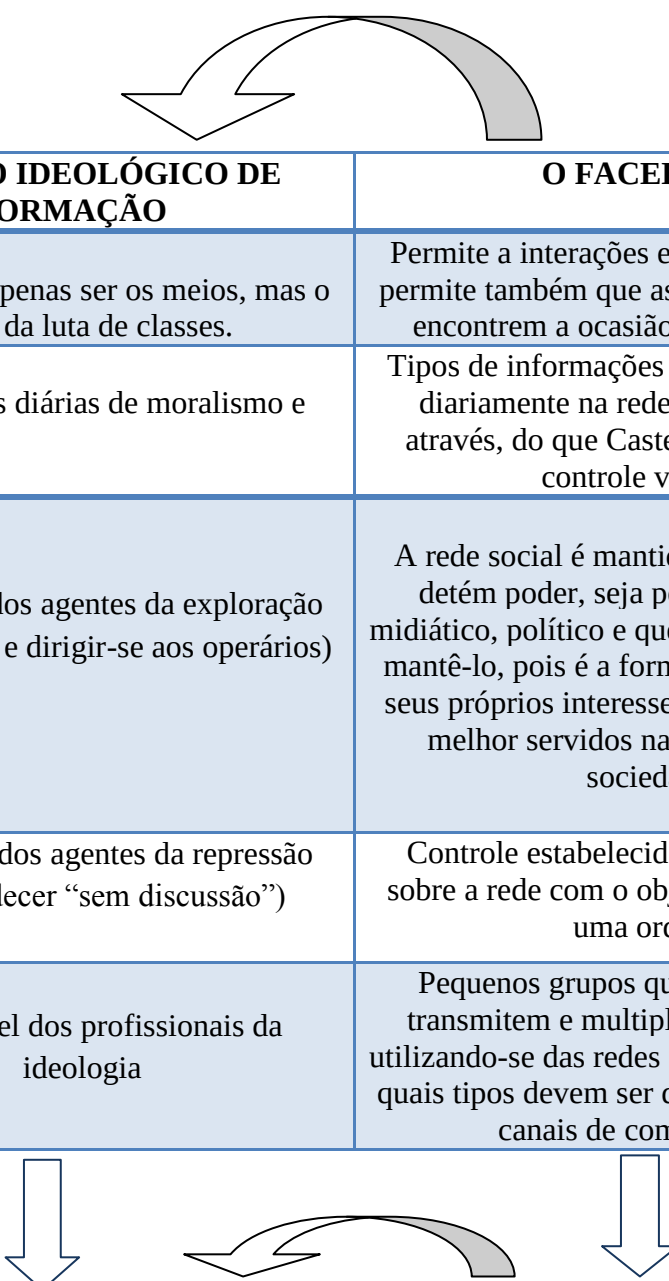
Desta maneira: considerando as ações dos indivíduos em meio às redes sociais mediadas pela internet e considerando as principais características dos meios de comunicação, citadas anteriormente e retomadas aqui, permite-nos extrairmos algumas características acerca da internet:

1. Processo contínuo aos quais as pessoas tomam conhecimento não apenas das coisas referentes às mensagens, mas também de si mesmos como indivíduos que possuem opiniões, necessidades e desejos, inseridos nas relações sociais;
2. Interação entre as pessoas (possibilitadas a partir dos meios técnicos) mesmo que distantes fisicamente, desde que possuam as habilidades e os recursos para adquiri-los;
3. Difusão de forma generalizada de bens simbólicos facilmente reproduzíveis e acessíveis a numerosos receptores.

Considerando também que o Ciberespaço, enquanto “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 92), permitiu a qualquer indivíduo (com condições econômica-culturais prévias de consumir, produzir e distribuir informação sob qualquer formato) trocar informações e interagir entre eles. Podemos classificar a internet como um meio de comunicação, uma vez que segundo Ramonet (2013) seu desenvolvimento proporcionou a possibilidade de expressão e sociabilização, aonde as trocas são possíveis através de uma rede de conexão. Caracteriza-se como um espaço de difusão de forma generalizada de bens simbólicos facilmente reproduzíveis e acessíveis a numerosos receptores, possibilitado ainda mais com o uso das redes sociais.

No entanto alguns autores tratam a internet como uma espécie de híbrido, pois discordam de seu tratamento como um meio de comunicação de massa. Acreditam que ela permite à uma pessoa, utilizando apenas um computador, a possibilidade de disponibilizar conteúdos para uma determinada audiência havendo a troca de informações tanto daquele que envia, quanto do que recebe e/ou vice-versa, ou seja: o contrário do que acontece na comunicação de massa, na qual o indivíduo é apenas um espectador, e não um usuário. Com a possibilidade de assumir o controle da tecnologia, usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa, Dizard (apud MONTEIRO, 2001) diz que diferentemente dos meios de comunicação tradicionais, onde a comunicação ocorre de um para todos, a comunicação na internet dá lugar à oportunidade de falar assim como de escutar, muitos falam com muitos e são respondidos na mesma intensidade, sendo isto o que a distancia dos meios comunicacionais tradicionais.

Contudo caberá aqui percebê-la enquanto um meio de comunicação de massa, para este pensamento elaboramos a tabela a seguir, baseada nas ideias dos AIE de Althusser (1985) e para as análises das redes sociais utilizamos uma entrevista de Manuel Castell (2012) à uma emissora espanhola na qual ele discute sobre o uso da internet em especial das redes sociais mediadas pelos computadores.

Tabela 1: O Facebook e o Aparelho Ideológico de Informação


APARELHO IDEOLÓGICO DE INFORMAÇÃO	O FACEBOOK
1. Podem não apenas ser os meios, mas o lugar da luta de classes.	Permite a interações entre os indivíduos, permite também que as classes dominadas encontrem a ocasião de expressar-se.
2. Despeja doses diárias de moralismo e chauvinismo	Tipos de informações que são veiculadas diariamente na rede social, exercido através, do que Castell chama, por um controle vertical.
3. Há o papel dos agentes da exploração (saber comandar e dirigir-se aos operários)	A rede social é mantida por aqueles que detém poder, seja poder econômico, midiático, político e quem tem poder deseja mantê-lo, pois é a forma de assegurar que seus próprios interesses e valores estejam melhor servidos na organização da sociedade
4. Há o papel dos agentes da repressão (fazer-se obedecer “sem discussão”)	Controle estabelecido pelos Governos sobre a rede com o objetivo de conservar uma ordem.
5. Há o papel dos profissionais da ideologia	Pequenos grupos que detém o poder transmitem e multiplicam mensagens, utilizando-se das redes sociais, assegurando quais tipos devem ser disponibilizadas nos canais de comunicação.

I . MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	II. INTERNET
São operados por organizações amplas e complexas	Também possui uma organização ampla e complexa, ocasionada pelo aparato tecnológico em meio aos inúmeros computadores ligados à internet
São capazes de difundir suas mensagens milhões de pessoas	A internet e as redes móveis permitem uma multiplicidade da/de comunicação
Falam para uma audiência numerosa, heterogênea, dispersa geograficamente	Difundem conteúdos para uma audiência numerosa

A primeira coluna apresenta as características que possuem os Aparelhos Ideológicos de Estado, exceto o *item dois* que é exclusivo do Aparelho Ideológico de Informação, único que Althusser informa em sua obra. Esta numeração respeita a ordem em que são citados por Althusser. Na segunda coluna há algumas das características presentes nas redes sociais, em especial, no *Facebook*, para isso buscamos suporte em Manuel Castell.

O item ‘um’ traz o que discutimos nos capítulos anteriores que os Aparelhos Ideológicos de informação podem não apenas ser os meios, mas também o lugar de luta de classes porque as classes exploradas encontram o meio e a ocasião de expressar-se neles. O Facebook permite que os indivíduos criem laços e utilizem a ferramenta como forma de expressão de posicionamento e comportamentos.

Já o item ‘dois’ apresenta a única característica do Aparelho Ideológico de Informação que Althusser cita em sua obra. Essa característica diz que os meios de comunicação de massa aos quais fazem parte o AII, despejam doses diárias de ideologias, que Althusser exemplifica como o chauvinismo⁵ ou o moralismo. Assim visualizamos, além da forma, os tipos de informações às quais as classes dominantes, intencionalmente despejam, utilizando-se para isso o veículo internet como principal meio de propagação.

No item ‘três’ percebe-se que há no Aparelho Ideológico a presença dos agentes de exploração, ou seja, aqueles que exercem o controle. Percebemos que, da mesma forma há nas redes sociais uma “figura” que detém o poder, seja ele econômico, midiático ou político, como forma de assegurar certa organização social.

O item ‘quatro’, que Althusser aborda como característica dos Aparelhos Ideológicos, seria o papel dos agentes de repressão ao qual trazendo para as redes sociais visualizamos o controle estabelecido pelos Governos sobre as redes mediadas por computador com o objetivo de conservar a ordem.

No que diz respeito ao item ‘cinco’ em todo Aparelho Ideológico existe os profissionais da ideologia, aos quais trazendo para as redes sociais percebemos como a

⁵ O termo deriva do nome de Nicolas Chauvin, soldado do Comando de Napoleão Bonaparte, ao qual inicialmente foi usado para designar pejorativamente o patriotismo exagerado. Refere-se ao uso de argumentos falsos para persuadir com sentimentos ao invés da razão.

pequena classe dominante que transmite e multiplica mensagens, no intuito de assegurar quais os tipos de informações que serão disponibilizadas às classes dominadas.

Na tabela situada abaixo, a primeira coluna diz respeito aos Meios de Comunicação de Massa, liga-se aos Aparelhos Ideológicos de Informação, pois conforme estabelece Althusser, são eles que compõem aquele Aparelho. Para tanto, achamos relevante caracteriza-los de forma a estabelecer sua relação com a internet, percebemos com isso, conforme discutimos anteriormente, que a internet possui uma organização ampla na qual, através de um aparato tecnológico, inúmeros computadores difundem conteúdos para uma multiplicidade de sujeitos, geograficamente dispersos, da mesma forma como acontece na comunicação de massa. Sendo assim, a Internet liga-se ao Facebook, tendo em vista que essa rede social, existe enquanto ferramenta possibilitada pelo advento da internet. Com isso concluímos que se a internet pode ser compreendida como um meio de comunicação de massa, logo as ferramentas que existem por intermédio dela também o serão. Sendo assim, podemos concluir que o *Facebook*, enquanto ferramenta possibilitada por meio da internet e disseminação de informação ideológica, pode ser compreendido como um Aparelho Ideológico de Informação.

Neste sentido percebemos, após as discussões travadas em nosso estudo, que dentro do próprio Aparelho Ideológico de Informação há duas distintas posturas: o grupo de sujeitos que nem suspeita do trabalho que as classes dominantes os obrigam a fazer, sendo esse grupo a grande maioria; bem como há outro pequeno grupo de sujeitos utilizadores do Facebook que percebem e fazem uso das armas científicas e políticas, encontradas nesta ferramenta, se contrapondo desta forma às ideologias transmitidas pelas classes dominantes. Assim o Aparelho Ideológico de Informação não é apenas objeto, mas lugar da luta de classes, uma vez que as resistências das classes oprimidas podem encontrar o meio e a ocasião de, nele e a partir dele, se expressarem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na intenção de atingirmos os objetivos pré-fixados neste estudo, nossa pesquisa foi iniciada com indícios que vieram a compor nosso arcabouço teórico. No que diz respeito ao nosso objetivo diante da proposta de construção de um conceito que representasse a informação ideológica efetuamos a pesquisa bibliográfica e documental. Percebemos que até o momento não existia pesquisa neste sentido, a partir daí partimos para a execução de tal tarefa.

Sendo assim para a elaboração do conceito de informação ideológica, utilizamos a concepção de ideologia presente em Althusser. A ideologia althusseriana consiste em representar a relação imaginária dos indivíduos com suas relações reais de existência, ou seja, a ideologia existe a partir das relações falseadas (transmitidas pelas classes dominantes com o objetivo de subjugação através da dominação da imaginação) com as relações reais nas quais os indivíduos estão inseridos. Essa ideologia será materializada nas práticas, reguladas por atos materiais, eles mesmos definidos pelos aparelhos ideológicos. Então é através da ideologia que a classe dominante age sobre os sujeitos, envolvidos numa mesma ordem normativa.

Os fenômenos ideológicos servem para estabelecer e sustentar relações de dominações. São relações assimétricas de dominação, pois estão presentes em todos os contextos sociais aos quais os indivíduos estão inseridos, nos ambientes familiares, no trabalho, na escola, ou na estrutura política.

Por informação consideramos, em nossa reflexão, o conceito tratado por González de Gomez. Para a autora a informação existe nas instâncias comunicativas, quando os agentes envolvidos fazem parte de uma ordem normativa legitimada pelo grupo de interlocução, onde os processos comunicacionais são compreendidos por todos que fazem parte daquele conjunto, ou nele estão inseridos. Ocorre quando há transmissão, inscrição e decodificação circunscritas pelas disponibilidades materiais e infraestruturais em que se inscrevem uma ação.

A construção de um conceito torna-se algo processual e que está em constante aperfeiçoamento, nesta feita tomamos por informação ideológica um fenômeno subordinado à condição de materialidade uma vez que todo sujeito, enquanto ser livre

age por suas ideias, pois dotado de consciência, crê nessas ideias agindo de acordo com elas, imprimindo nesse agir os atos de sua prática material.

Propomo-nos também, neste estudo, analisar como a rede social, em particular o *Facebook*, veio constituindo-se como Aparelho Ideológico de Informação na perspectiva althusseriana. Para esta reflexão utilizamo-nos da tese sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, nela Althusser busca antes diferenciá-los dos Aparelhos Repressivos de Estado (ARE). Sendo que a distinção entre os AIE e o ARE é que enquanto o Aparelho Repressivo de Estado funciona pela ‘violência’ os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia. Não implicando dizer que o Aparelho Repressivo de Estado também não funcione pela ideologia e que os Aparelhos Ideológicos de Estado não funcionam pela repressão.

Dentre o número de Aparelhos apresentado por Althusser, encontra-se o AIE de informação, ao qual o autor caracteriza como a imprensa, o rádio e a televisão, ou seja, os meios de comunicação e informação. Percebemos que a internet não foi incluída nesta lista, tendo em vista que quando Althusser apresentou os Aparelhos Ideológicos de Estado, ela não possuía a proporção que tem hoje, quiçá falava-se a seu respeito. Desta forma, coube-nos pensar esta ferramenta enquanto um meio de comunicação e para isso nos ancoramos nas abordagens de Thompson. O autor aborda que somente com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, os fenômenos ideológicos puderam emergir como fenômenos de massa, pois a comunicação de massa torna-se um local para a produção e difusão de ideologias. Além disso, Thompson percebeu que as instituições de comunicação de massa permitiram que os indivíduos interagissem uns com os outros mesmo que distantes fisicamente, desde que esses possuam para o qual tal as condições mínimas de acesso aos meios técnicos.

Ancoramo-nos no autor Ramonet para classificar a Internet como um meio de comunicação de massa, tendo em vista que ela possui as mesmas características dos demais meios de comunicação classificados por Althusser e reforçados em Thompson. A Internet caracteriza-se como um espaço de difusão de forma generalizada de bens simbólicos acessíveis a numerosos receptores, desde que esses possuam as habilidades e os recursos para adquiri-los, favorecendo a disseminação de informações e interações entre os indivíduos.

Concluimos que dentro desses espaços existe uma constante presença de luta de classe, observada por Althusser. Para que as instituições de comunicação de massa venham a constituir-se enquanto tal, os indivíduos nelas presentes não são apenas meros reprodutores das mensagens advindas das classes dominantes, mas também são agentes auto-reflexivos que podem compreender a si mesmos e a partir desta compreensão agir para mudar as condições de suas vidas.

Dentro da análise crítica da informação ideológica enquanto uma relação entre dominação e ação, entre o estabelecimento e reprodução das formas de dominação de outro, existe além de tudo o processo de auto-reflexão, permitindo aos indivíduos a questionar-se enquanto sujeitos atuantes dentro das relações sociais aos quais se encontram inseridos. Concluimos com isso que o ambiente que gira em torno da *web* abriu espaço para uma “liberdade” de comunicação e expressão, levando os indivíduos a se apropriar dessas tecnologias, incorporando-as ao seu cotidiano, num processo que muitas vezes implica na combinação da reconfiguração de novos usos para antigas ferramentas e na criação de novos hábitos e atitudes sociais.

Nesta dinâmica, os indivíduos estão constantemente envolvidos no esforço de compreender, avaliar e dar sentido às mensagens que chegam até eles, não sendo apenas expectadores passivos, mas sim dá sentido às mensagens advindas dos meios de comunicação relaciona-se com elas, proporcionando um constante entendimento e re-entendimento sobre si mesmos e sobre o mundo a sua volta.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Sônia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Revista Informação e Informação**, Londrina, v. 12 , n. especial, 2007 .
- ALMEIDA, Carlos Cândido de. A Ciência da Informação e a sociedade brasileira: algumas representações de pesquisadores da área. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p.169-180, set./dez., 2006
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. **Aparelhos ideológicos do estado**: nota para uma investigação. In: ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ALVES, Edvaldo Carvalho. Esquema utilizado em aula. 2015.
- AMARAL, Henrique Goncalves. **A formação de capital social através de redes sociais na Internet**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, PUCRS, 2012.
- ANGROSINO, Michel. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. **Informação e Sociedade**, Joao Pessoa, v.12, n. 2, p. 1-13, 2002. Disponível em <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/143/137>. Acesso em 28 jan./2015.
- BARRETO, Aldo. A condição da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.
- BERGER, Peter L., BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? IN: FORACCHI, M.M., MARINS, J. S. (orgs). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- _____. Socialização: como ser um membro da sociedade. IN: FORACCHI, M.M., MARINS, J. S. (orgs). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BISCALCHIN, Ana Carolina Silva; ALMEIDA, Marco Antônio de. Apropriações sociais da tecnologia: ética e netiqueta no universo da infocomunicação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 193-207, jan./jun. 2011.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

CASSIN, Marcos. Louis Althusser: Aparelhos Ideológicos de Estado e a Escola. **Blog Marxismo 21**, 2014. Disponível em <http://marxismo21.org/>. Acesso em 22 out. 2015.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede**. A Era da informação: Economia, Sociedade e cultura, v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Internet é um meio de comunicação livre**. Entrevista com Manuel Castell ao programa Europa Abierta. Tradução: Daniela Frabasile e Gabriela Leite Martins, Adaptado do blog Outraspalavras, publicado em 17/01/2012. Disponível em <http://comunicacaoepolitica.com.br/blog/2012/01/internet-e-um-meio-de-comunicacao-livre-defende-castells/>. Acesso em 26 fev./2016.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COLVARA, Lauren Ferreira. Ensaio sobre a comunicação nas redes sociais: alteridade e tecnologias de comunicação. **Revista ECCOM**, v.6, n. 12, jul./dez, 2015. Acesso em 13 out. 2015.

CORRÊA, Rochele Tonello Zago. **TV Brasil e redes sociais virtuais: o programa Estúdio Móvel no Facebook**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2013.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães; GONDAR, Jô (org). **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

DAHLBERG, Ingetrut. Teoria da classificação, ontem e hoje. Tradução do inglês por Henry B. Cox. Palestra apresentada à Conferencia Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 12-17 set./1972. Disponível em http://www.conexaorio.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm. Acesso em 25 jan. 2015.

_____. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **Revista Biblioteconomia**, Brasília, v. 6, n. 1. Jan./jun. 1978a.

_____. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n.2, p. 101-107, 1978b.

DAMIÃO, Danielle Riegermann Ramos; SANTOS, David Ferreira Lopes; OLIVEIRA, Lourival José de. A ideologia do empreendedorismo no Brasil sob a perspectiva econômica e jurídica. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**. v. 13, n. 25, p. 191-207, 2013.

DELEUZE, Gilles; Félix. GUATTARI. **O que é filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. Revisão de tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Coleção Tópicos - Martins Fontes, 2007.

EAGLETON, Terry. **A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental**. In: ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para a internet**. Porto Alegre: Salinas, 2011.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009

GONZÁLEZ DE GÓMEZ. Maria Nélida. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n.1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

_____. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003.

_____. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990.

_____. Luciano Floridi e os problemas filosóficos da informação: da representação à modelização. **InCID: Revista de Ciência da Informação**, Ribeirão Preto, v.4, n. 1, p. 03-25, jan./jun. 2013.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General**; Teoría y Práctica. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

KARNAL, Leandro. **Hamel é o anti-facebook**. Palestra proferida no Auditório da CPFL Energia/ TV Cultura. 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BdJ8CnyTHM4>. Acesso em 08 set./2015

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

LEMO, André; LEVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: editora Pauulus, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: editora 34, 1999.

_____. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LIMA JÚNIOR, Otávio Pedro Alves de. **O espírito do capitalismo e a cultura do empreendedorismo, educação e ideologia**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Belo Horizonte, 2011.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução de Juarez Guimaraes e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. Conferência pronunciada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em junho de 1985. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTELETO, Regina Maria. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 19, 2009.

MARTINUZZO, José Antônio; SANGALLI, Heryck Luiz Jacob. A intimidade em tempos de rede social digital: o Facebook e a mediatização do íntimo. **ECCOM**, v. 6, n. 12, jul./dez. 2015

MEDEIROS, Jackson da Silva. A construção do conceito: aproximações complementares entre a análise de Michel Foucault e Ingretraut Dahlberg. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 40-53, jul./dez., 2010.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____ (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____;SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 9, v. 3, p. 239-262, 1993.

MONTEIRO, Luiz. A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (**INTERCOM**). XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Mato Grosso do Sul: setembro, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **O mecanismo do (des) conhecimento ideológico**. In: ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PINHEIRO, Lena Vânia. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares. In: GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida; ORRICO, E.G.D. (Org.) **Políticas de memória e informação**. Natal: EDURFN, 2006. Disponível em <http://www.uff.br/ppgci/editais/lenavanialeituras>. Acesso em 28 jan./2015.

PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

RAMONET, Ignácio. **Os novos Estados de vigilância**. Disponível em cartamaior.com.br/detalheImprimir.cfm?conteudo_id=34675&flag_destaque_longo_curto=L.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2010.

REIS, Alcenir Soares. Retórica-Ideologia-Informação: questões pertinentes ao cientista da informação? **Revista Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145 - 160, jul./dez.1999.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1990.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F. ; LUCIO, P.B. **Metodologia da pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: MacGraw-Hiil, 2006.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **As teorias da comunicação: da fala à internet**. 2ª edição, São Paulo: Paulinas, 2008.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1999. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/235/22>>. Acesso em: 28 jan./2015.

SERRA, Joaquim Paulo. **A informação como utopia**. Editora Estudo em Comunicação-Universidade da Beira Interior: Covilhã, 1998.

SILVA, Alzira Karla Araújo da. A dinâmica das redes sociais e as redes de coautoria. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, Número Especial, p. 27-47, out. 2014.

SOARES, Danielle de Queiroz; GURGEL, Wildoberto Batista. Os papéis sociais e ideológicos das redes sociais na era da informação. **Cad. Pesquisa**, São Luís, v. 18, n.2, maio/ago. 2011.

SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso**: televisão, indivíduo e poder no Brasil. 3ª edição. São Paulo: editora Cortez, 1994.

SOUZA, Adriano Mohn. **Jovens e educação empreendedora**: que discurso é esse? Dissertação (Mestrado) em Educação da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2006.

SOUZA(a), Daniel Maurício Viana. A teoria da ‘sociedade do espetáculo’ e os *mass media*: vetores ideológicos. **Revista Brasileira de Sociologia**. v.2, n. 04, Jul/Dez/2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais. 7ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Parte I. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo/ Campinas: Cortez Editora/ Editora da Unicamp, 1992.